



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. III (2002)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

A última carta de Francisco de Albuquerque (Cochim, 31 de Dezembro de 1503)

Zoltán Bidermann 

Como Citar | How to Cite

Bidermann, Zoltán. 2002. «A última carta de Francisco de Albuquerque (Cochim, 31 de Dezembro de 1503)». *Anais de História de Além-Mar* III: 123-153. <https://doi.org/10.57759/aham2002.46879>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores

Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal

<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2002. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2002. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).

The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

A ÚLTIMA CARTA DE FRANCISCO DE ALBUQUERQUE (COCHIM, 31 DE DEZEMBRO DE 1503)

por

ZOLTÁN BIEDERMANN *

Nota introdutória

Entre as primeiras viagens portuguesas à Índia, aquela que Francisco de Albuquerque efectuou em 1503 constitui o objecto central de um dos mais conhecidos estudos de Jean Aubin¹. Porém, o principal testemunho dessa viagem, a última carta enviada por Francisco de Albuquerque a D. Manuel, chegou até nós apenas numa versão alemã de inícios do século XVI conservada em Augsburg entre os papéis de Konrad Peutinger. Este documento foi editado em 1861 num verdadeiro *introuvable* da historiografia germânica, o «26.º Anuário da Associação Histórica do Distrito de Suábia-Neuburgo»² e, se bem que nem o mais obscuro dos lugares de publicação pode garantir o esquecimento definitivo de um bom texto, é também verdade que passaram mais de cem anos até à divulgação de um resumo em português da carta, pela pena de Banha de Andrade³.

* Investigador do Centro de História de Além-Mar e bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ Jean AUBIN, «L'apprentissage de l'Inde. Cochin, 1503-1504», in *Moyen-Orient et Océan Indien, XVIe-XIXe siècles*, 4 (1987), pp. 1-96; novamente publicado em *Le latin et l'astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. I, Centre Culturel Calouste Gulbenkian-CNCDP, Lisboa-Paris, 1996, pp. 49-110.

² B. GREIFF, «Briefe und Berichte über die frühesten Reisen nach Amerika und Ostindien aus den Jahren 1497 bis 1506 aus Dr. Conrad Peutingers Nachlass», in *Sechszwanzigster Jahres-Bericht des historischen Kreis-Vereins im Regierungsbezirke von Schwaben und Neuburg für das Jahr 1860*, Augsburg, 1861, pp. 111-172. A carta de Francisco de Albuquerque (pp. 139-157) encontra-se no apêndice documental ao diário de Lucas Rem, escrito nos anos de 1494 a 1541.

³ António Alberto Banha de ANDRADE, *Mundos Novos do Mundo, Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1972, vol. I, pp. 330 segs.

A retroversão completa que dela agora se apresenta ajudará a fazer conhecer em Portugal o único documento coevo que narra desde o princípio até bem perto do seu fim a expedição de Francisco de Albuquerque a Cananor e Cochim (14 de Abril de 1503 até 31 de Janeiro de 1504), com uma pouco falada passagem por Melinde e vários episódios muito interessantes para o estudo de um momento crucial da história da expansão. Na segunda metade de 1503 alguns portugueses, muçulmanos e hindus ponderaram seriamente a hipótese de uma paz duradoira e de um convívio comercial regularizado por um acordo escrito que limitasse as hostilidades já em curso. O fracasso deste projecto evidencia bem a dolorosa originalidade da presença portuguesa no Índico a partir de 1498 e os obstáculos que se opuseram a uma integração pacífica dos portugueses no sistema comercial asiático. Os arautos da confrontação armada levaram a melhor de ambos os lados, e foi até com alegria que os círculos mais próximos de D. Manuel viram a obra de Francisco de Albuquerque desmoronar-se em pouquíssimo tempo, conforme se depreende de um trecho de uma outra carta, escrita em Outubro de 1504 na feitoria lisboeta dos Welser, cuja tradução juntámos ao presente trabalho em jeito de epílogo ⁴.

A carta de Francisco de Albuquerque não constitui, evidentemente, o único documento referente aos acontecimentos de 1503. Conhecem-se uma notícia enviada de Lisboa, pouco depois de 15 de Julho de 1504, por mercadores e banqueiros italianos ⁵, um relato enviado por Giovanni da Empoli ao seu pai em Setembro de 1504 ⁶, uma carta anónima de 16 de Setembro de 1504 conservada no manuscrito 1910 da Biblioteca Riccardiana de Florença ⁷ e três cartas de Giovanni Francesco Affaitadi, copiadas por Marino Sanuto no seu diário ⁸. Há ainda uma carta de Pero de Ataíde de finais de

⁴ Originalmente publicada por GREIFF, cit., pp. 158-159.

⁵ «Exemplum quarundam literarum negotiatorum et collybistarum ac trapezitarum Hispaniae ad correspondales suos in urbe Florentiae & Venetiarum», in Fracanzano di MONTALBODDO, *Paesi nuovamente ritrovati*, Vicenza, 1507, fls. 77-79v; também em GRYNÆUS, *Novus orbis regionum ac insularum veteribus incognitarum*, Paris [& Basileia], 1532, pp. 117-121. A carta contém uma versão latina do texto do tratado entre o rei de Calicute e Francisco de Albuquerque, mas há diferenças entre ela e a versão portuguesa incluída na carta de Albuquerque. (Cf. AUBIN, «L'apprentissage de l'Inde», pp. 70 segs.)

⁶ «Chopia del primo viaggio che Giovanni di Lionardo da Empoli fecie in India, per la lettera che iscrive a Lionardo su padre», publicada em Marco Spallanzani, *Giovanni da Empoli un mercante fiorentino nell'Asia portoghese* [1984], nova edição, Edizioni Scelte, Florença, 1999, pp. 139-151. Empoli viajou na armada de Afonso de Albuquerque e, segundo Banha de Andrade, este relato terá sido escrito por ele ainda durante a viagem de regresso, ou nos dias que se seguiram à chegada a Lisboa, em 16 de Setembro de 1504 (cit., p. 324).

⁷ Edição crítica em Carmen RADULET & Luís Filipe THOMAZ, «Fontes italianas para a história das primeiras viagens portuguesas ao Índico. O Códice Riccardiano 1910 de Florença» [2.^a parte], in *Mare Liberum*, n.º 21 (no prelo).

⁸ *I Diarii di Marino Sanuto (1496-1533)* (ed. Rinaldo FULIN et al.), reimpressão Forni Editore, Bolonha, 1969, vol. VI, pp. 55-57, 75 segs. e 86-88. Há também ecos delas nos diários de Girolamo Priuli (R. FULIN, «I Portoghesi nell'India e I Veneziani in Egitto [dai Diarii di Girolamo Priuli]», in *Archivio Veneto*, 12 (1881), pp. 155-248.

1503 ou inícios de 1504⁹ e um belíssimo relato anónimo em italiano sobre a viagem da nau de Setúbal¹⁰.

Contudo, nenhum destes documentos foi produzido no âmbito da viagem de Francisco de Albuquerque, e quase nada se encontra neles sobre a própria viagem (uma das mais rápidas de sempre) nem sobre os acontecimentos que mediaram entre a chegada a Angediva, 6 de Agosto de 1503, e a chegada do seu primo e rival, Afonso, a Cochim, a 15 de Setembro do mesmo ano, onde Francisco, entretanto, reconduzira o rei, reabrira as hostilidades com o Samorim, negociara a compra de uma quantidade considerável de pimenta e iniciara, inclusive, a construção de uma fortaleza. Além disso, a presente carta ilumina também, melhor do que qualquer outro documento, a génese do tratado firmado em 21 de Dezembro de 1503 com o Nabeaderim. Neste contexto, salta à vista como passaram quatro meses entre a primeira proposta de paz vinda de Calicute, já em finais de Agosto de 1503, e a efectivação do tratado, a 21 de Dezembro, cujo texto, bastante favorável aos portugueses, se fornece aqui na íntegra. No fim da carta, Francisco de Albuquerque quantificou ainda uma parte das cargas enviadas para Lisboa no início de 1504.

Muitos dos acontecimentos narrados por Francisco de Albuquerque foram também descritos detalhadamente pelo autor anónimo da *Crónica do descobrimento e conquista da Índia*¹¹ e por Fernão Lopes de Castanheda, cuja versão é a mais citada. Ambos fornecem de facto numerosas informações de grande utilidade (para uma melhor compreensão do texto de Albuquerque e vice-versa), mas as três versões estão em algumas passagens muito longe de concordarem entre si. A fase mais duvidosa é aquela que se estende desde a chegada de Francisco de Albuquerque a Cochim no dia 2 de Setembro de 1503 até ao firmar das pazes com o Samorim a 21 de Dezembro do mesmo ano. Para este período, e principalmente para o tempo anterior à chegada de Afonso de Albuquerque a Cochim em meados de Setembro, a narrativa dos dois cronistas está por vezes francamente desfasada daquilo que Francisco de Albuquerque relata, ao que tudo indica, em estreito seguimento das suas próprias anotações diárias.

Uma justaposição simples dos três textos revela-se portanto pouco elucidativa em várias passagens. Enquanto Albuquerque praticamente não fornece dados concretos sobre o contexto geográfico em que a acção se desenvolve (apenas duas ilhas próximas a Cochim são identificadas pelos

⁹ Datada de 20 de Fevereiro de 1504 e publicada em *Cartas de Afonso de Albuquerque* (ed. R. A. Bulhão Pato), Lisboa, 1884-1935, vol. II, pp. 262-267.

¹⁰ A. Teixeira da Mota, *A viagem de António de Saldanha em 1503 e a rota de Vasco da Gama no Atlântico Sul*, Lisboa, 1971, pp. 31-56.

¹¹ *Crónica do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses* (Códice anónimo, Museu Britânico, Egerton 20,901), introdução e notas de Luís de Albuquerque, Coimbra, JIU-Agrupamento de Cartografia Antiga, 1974.

seus nomes), Castanheda e o anónimo, que são mais precisos na toponímia, pecam por uma quase total ausência de datas (apenas dois acontecimentos são situados em termos absolutos, ambas as vezes em crasso desfasamento com a versão de Albuquerque).

Assim, depois de uma concordância relativa na narração do regresso do rei de Cochim à sua cidade (no dia 4 de Setembro de 1503, segundo Albuquerque) e do ataque efectuado, ainda no mesmo dia, a uma ilha que se situava algures entre Cochim e o anterior lugar de refúgio do rei, logo no dia seguinte a confusão instala-se nas narrativas. Albuquerque menciona um pedido do rei para que se levasse até ao fim a destruição do dia anterior, satisfeito apenas no dia 6 com o regresso dos portugueses ao dito lugar e o corte de um milhar de tamareiras. Castanheda e o anónimo, pelo contrário, situam o segundo ataque logo no dia seguinte ao regresso do rei (ou seja, no dia que corresponde ao 5 de Setembro da carta)¹², e Castanheda faz-lhe mesmo seguir, no dia imediatamente posterior (portanto dia 6), uma aparatosa acção na ilha de «Charauaipim»¹³. Esta, por sua vez, assemelha-se de tal forma a um episódio que Albuquerque situa expressamente no dia 9 de Setembro, numa ilha apelidada de «Charnexa», que a identidade dos feitos narrados queda tão fora de qualquer dúvida quanto o erro do cronista.

Ainda segundo Albuquerque, estariam por então em curso as negociações com o rei de Cochim para a construção de uma fortaleza (as negociações iniciaram-se, segundo a carta, ainda no dia 6 ou 7, e terão sido concluídas antes de 14 de Setembro, dia de Santa Cruz, em que o forte foi oficialmente fundado). Ora, Castanheda e o anónimo fornecem ainda *outro* episódio guerreiro anterior ao acordo estabelecido com o rei sobre o forte¹⁴, mas Albuquerque não tem mais façanhas para narrar, pelo menos até ao domingo posterior à chegada do seu primo Afonso, a qual se deu, na sua versão, no dia 15¹⁵. Ou seja, os cronistas fornecem uma batalha a mais, talvez por terem desdobrado um único feito (aquele do dia 9, na versão de Albuquerque) em dois (a segunda descrição carece de facto de vivacidade e detalhe). É pelo menos esta a hipótese mais viável que de momento nos ocorre perante a improbabilidade de Francisco de Albuquerque se ter esquecido de narrar as suas próprias façanhas numa carta dirigida ao rei.

Outro problema, embora menor, prende-se com a chegada de Afonso de Albuquerque (dia 15 de Setembro segundo a carta, dia 30 em Castanheda e

¹² *História*, I, p. 119; *Crónica*, p. 53.

¹³ *História*, I, p. 120.

¹⁴ *História*, I, p. 121; *Crónica*, pp. 55 segs.

¹⁵ Este domingo foi o dia 17 de Setembro de 1503 (para a identificação dos dias da semana, recorremos a Leopold RAAB, *Universal-Kalender für die julianische, gregorianische, und jüdische Zeitrechnung*, ed. do autor, Budapeste, 1887, tabuada n.º 1).

24 dias depois de Francisco, mas sem data, na crónica anónima)¹⁶ e com o início das obras no forte (o mais tardar no dia 14 segundo a carta, não antes do dia 26 em Castanheda e no dia da chegada de Afonso segundo a crónica anónima)¹⁷. O imbróglgio é considerável, mas aqui, pelo menos, o ênfase dado por Francisco de Albuquerque ao trabalho dos seus homens nas obras, em marcado contraste com a versão dos cronistas (segundo a qual o rei de Cochim tudo fazia para que os soldados portugueses pudessem descansar enquanto os seus súbditos trabalhavam), faz sentido em termos de uma narrativa que procura fundamentar as glórias do autor, e que pode ser criticada enquanto tal.

Apenas bem mais adiante, na terça-feira que se seguiu ao dia 15 de Outubro¹⁸, se acha uma concordância indiscutível (em termos de acção, não de data) entre Albuquerque e Castanheda, quando, durante uma expedição conjunta com o seu primo, Afonso de Albuquerque se adianta aos outros no escuro da noite e sai em terra sem o conhecimento de Francisco, que acabaria por chegar num momento de grande aperto do *Terribil*, prestes a soçobrar perante os defensores locais¹⁹.

Não nos deteremos mais nas dificuldades de uma leitura conjunta da carta de Francisco de Albuquerque e das principais crónicas portuguesas. As possibilidades são igualmente numerosas, e quedam retidas nas notas que juntámos ao texto conforme no-lo propôs numa tépida tarde de Primavera, com a candura de quem oferece a um amigo três goles de chá indiano, o nosso querido professor Luís Filipe. O leitor interessado em entrar mais a fundo no labirinto das três narrativas principais do ano de 1503 – e, quiçá, em analisar pormenorizadamente as possíveis incongruências da Crónica anónima e do texto de Castanheda – terá certamente todo o prazer em perscrutar e criticar a retroversão.

Nota à tradução

O texto que aqui segue é a tradução de uma tradução e não pode, por isso, ser tomado à letra em todos os seus detalhes. Em casos de dúvida, a versão alemã (cuja paginação se indica em parênteses rectos) terá sempre a primazia sobre a nova versão portuguesa.

¹⁶ *História*, I, p. 122; *Crónica*, p. 52. O anónimo italiano de 1504 menciona que da sua nau se avistou o monte Deli a 2 de Setembro e que chegou a Cananor no dia seguinte, mas não fornece nenhuma data para a chegada a Cochim; Empoli, por sua vez, situa a chegada a Cananor a 11 de Setembro, mas não data o reencontro com Francisco de Albuquerque em Cochim (SPALLANZANI, cit., p. 144).

¹⁷ CASTANHEDA, cit., vol. I, p. 122; *Crónica*, cap. 26, p. 56.

¹⁸ Ou seja, dia 17 de Outubro de 1503.

¹⁹ CASTANHEDA, cit., vol. I, p. 123; *Crónica*, cap. 28, p. 58.

Dada a impossibilidade de apresentar uma reprodução exacta do que foi o texto original de Francisco de Albuquerque, optámos por uma tradução maximamente fiel ao sentido que o primeiro tradutor (muito provavelmente alguém que enviava notícias a partir da feitoria dos Welser) retirou do original, mas largamente actualizada em termos de sintaxe e grafia. Teria sido demasiado arriscado intentar uma reconstrução das frases e palavras na sua forma original a partir de uma versão alemã feita, visivelmente, sem ambições de absoluta firmeza e realizada num estilo arcaico suficientemente confuso para lançar numerosas dúvidas no leitor.

Suprimimos algumas conjunções («e», «então», «depois», etc., todas profusamente usadas no alemão da época e sem correspondência linear no português), e alterámos parte da pontuação para dar mais fluência do texto, desde que isso não lhe alterasse o sentido. Adicionámos, por outro lado, alguns sujeitos e complementos circunstanciais, frequentemente omitidos pelo primeiro tradutor, sem os quais a leitura do texto se torna desnecessariamente penosa. Nos casos em que a adição de uma ou várias palavras inclui uma possibilidade de alteração do sentido original, recorremos a parênteses rectos para sinalizar tudo o que não vem na versão alemã.

Finalmente, introduzimos três tipos de notas: *a*) notas que informam sobre problemas de tradução, palavras e frases pouco claras ou expressões curiosas na versão alemã; *b*) notas que corrigem erros evidentes do primeiro tradutor; *c*) notas críticas ao texto enquanto fonte, em confrontação, principalmente, com o citado estudo de Jean Aubin, a *História* de Fernão Lopes de Castanheda e a Crónica anónima.

**«Relato da viagem de Francisco de Albuquerque,
de 27 de Dezembro de 1503»²⁰**

[139] *Item*, esta é a cópia de uma carta que foi escrita por um capitão chamado *Dalbuquerque*, que em Março do ano de 1503 partiu de Lisboa para a Índia com 12 navios²¹ e de lá escreveu uma carta ao rei seu senhor, a qual aqui nos chegou no dia 16 de Junho de 1504²².

²⁰ O cabeçalho adopta a data de uma carta transcrita junto com o tratado de paz que se acha perto do fim do presente relato. Esse documento, erradamente datado pelo tradutor de 27 de Dezembro de 1503 (na realidade, o tratado deverá ter sido firmado no dia 21, conforme se depreende dos acontecimentos que medeiam entre ele e o encerramento da carta) constitui apenas uma parte do relato de Albuquerque. A carta no seu todo terá sido acabada no dia 30, data do último acontecimento narrado (uma missa celebrada na capela de Santa Cruz de Cochim), ou mesmo no dia 31 (AUBIN, cit., p. 70). É contudo evidente, também, que toda ela segue apontamentos feitos ao longo da viagem, possivelmente num diário de bordo. Por exemplo, a esperança expressa no dia 11 de Setembro por uma próxima chegada de Afonso de Albuquerque, a qual efectivamente aconteceu quatro dias depois, não foi retirada do relato encerrado dois meses e meio mais tarde.

²¹ Na realidade, Afonso de Albuquerque saía de Lisboa a 6 de Abril com quatro embarcações: a nau capitaina *Santiago*, a *Espírito Santo*, capitaneado por Fernão Martins de Almada (nela seguia Giovanni da Empoli), o *São Cristóvão*, fretado por Bartolomeu Marchionni, e uma

Conforme de seguida se poderá ver, esse capitão escreveu na carta o que fez na Índia até ao momento em que dela saiu o navio que trouxe a carta.

Conforme já escrevi a Vossa Alteza ²³ por via de João Lopes e Pero Estrelo ²⁴ sobre a boa viagem que Deus Nosso Senhor nos deu em tão poucos dias, viemos de Lisboa até ao Cabo da Boa Esperança num mês e 27 dias ²⁵. Dali fomos até ao Cabo das Correntes em poucos dias, mas depois dele não velejámos mais do que 10 milhas ²⁶ em 15 dias, pois o que de dia fazíamos, de noite se perdia de novo, não havendo muito vento, senão contrários, e ainda correntes marítimas e uma tormenta.

embarcação de Catarina Dias de Aguiar, mais pequena e capitaneada por Pero Vaz da Veiga. Francisco de Albuquerque, primo co-irmão de Afonso, partiu no dia 14 de Abril de 1503 com três embarcações: a principal, baptizada de *São Miguel Rainha Nova*, a *Santa Maria do Faial*, comandado por Nicolau Coelho e, provavelmente, a nau *Conceição*, capitaneada por Duarte Pacheco, segundo defende Jean Aubin. O escopo da viagem, organizada depois da chegada de notícias muito positivas sobre o estado das feitorias de Cochim e Cananor (recebidas em Lisboa com João da Nova em Setembro de 1502), era fundamentalmente trazer-se larga quantidade de especiarias para o reino (J. AUBIN, cit., pp. 53-56). Nas palavras de Castanheda, «parecendo a el rey de Portugal, que ho Almirante dom Vasco da gama deixaria assentadas pacificamente as feitorias de Cochim, & de Cananor, & que não aueria necessidade de mandar grande armada, não quis mandar mais de seys naos repartidas em duas capitánias» (vol. I, p. 117). Veja-se no entanto também a versão de Barros, cujas informações divergem significativamente da síntese de Aubin (*Ásia*, I, vii, 2; p. 249). No mesmo ano de 1503, a 12 de Maio, saíram ainda dois navios comandados por António de Saldanha com o objectivo de patrulhar as entradas no Golfo de Ádem, acompanhados por uma nau de Setúbal destinada ao carregamento de especiarias em Cochim (J. AUBIN, cit., 54).

²² António do Campo, que levava a carta, chegou de facto a Lisboa na noite de 15 de Julho de 1504. Uma carta de Affaitadi datada de 16 de Julho confirma a recepção das novas da Índia (*I Diarii di Marino Sanuto*, vol. VI, p. 55).

²³ O tradutor usou aqui a fórmula «*Ewr Herlichkeit*» («Vossa Senhoria ou Vossa Magnificiência»), passando depois, no resto da carta, a *Ewr. K. Maj.*, ou seja, traduzida à letra, *Vossa Magestade Imperial*. Ambas as expressões eram comuns no território de língua alemã, mas não podem, evidentemente, ser retrovertidas à letra para o caso português, onde tal titulação só foi adoptada mais tarde, por D. Sebastião. As primeiras propostas conhecidas para que D. Manuel se proclamasse imperador por ser «rei de reis» datam de finais de 1505 (Luís Filipe THOMAZ, «L'idée impériale manuélina», in *La découverte portugaise et l'Europe, Actes du colloque, Paris, les 26, 27 et 28 Mai 1988*, SFHP/FCG/CCP, Paris, 1990, pp. 48 segs.).

²⁴ «*Johann Lapis, auch Pitro Estrello*»; trata-se de João Lopes Perestrelo, capitão da segunda armada de Vasco da Gama (CASTANHEDA, cit., vol. I, p. 98). Francisco de Albuquerque cruzou-se com ele em Julho de 1503, muito provavelmente algures na costa de Moçambique, e ter-lhe-á entregue uma primeira carta ao rei.

²⁵ Ou seja, a 10 de Junho, embora Affaitadi indique o dia 4 de Junho (AUBIN, cit., 56). Segundo a presente carta [p. 143] duas das três embarcações separaram-se de Francisco de Albuquerque numa tempestade perto do Cabo da Boa Esperança, chegando a Cochim no dia 4 de Setembro de 1503 (cf. também o relato de Empoli em SPALLANZANI, cit., pp. 142 segs.). Sobre as peripécias da viagem de Afonso de Albuquerque cf. a carta anónima de 16 de Setembro de 1504 (C. RADULET & L. F. THOMAZ, cit.).

²⁶ O tradutor empregou por quatro vezes o termo «milhas» [*meil*] na sua versão da carta. É uma menção segundo a qual os viajantes avistaram a costa indiana a partir de uma distância de 20 ou 30 milhas que assegura não se tratar de uma simples substituição da palavra *légua*, mas

Item, no primeiro dia de Junho ²⁷ saímos para o mar alto. Aí achámos melhor vento, de modo que nos fomos até uma cidade chamada [140] Melinde, [onde chegámos] no dia 18 do dito mês. Fomos recebidos com grande alegria ²⁸. O irmão do rei de Melinde ²⁹ veio ter conosco com muitos grandes senhores da terra, dizendo-nos que o rei de Melinde estava doente e não podia por isso vir à nossa nau.

Mas eu entreguei a carta que Vossa Alteza lhe enviava ao [dito] irmão.

Responderam-me que tinham muita vontade de seguir a Vossa Alteza com amor e amizade, como se eles próprios tivessem nascido em Portugal. Disseram que queriam ter boa paz conosco, embora já tivessem, por nossa causa, muitos inimigos em seu redor, com os quais se inquietavam ³⁰. Pediram-nos ainda que fizéssemos com eles uma paz por muitos anos. Decidimos, nessa mesma hora, fazê-la, para que estivessem satisfeitos e se alegrassem. Perguntei-lhes se queriam ou aceitavam ter em Melinde um feitor do rei de Portugal. E eles responderam que sim, mostrando-se satisfeitos com isso.

Entreguei então António Lopes ³¹ às mãos do irmão do rei, para que fosse levado ao rei e lhe obedecesse até que viessem as próximas naus de Portugal para Melinde.

Recebemos depois numerosos presentes e, pouco antes de nos irmos embora, perguntámos ainda se eles se contentavam com o nosso feitor. Ao que eles responderam que sim, e que me dariam o que eu lhes pedisse. Pedi-lhes então uma carta do seu rei com o seu sinal ³² e o de vários prin-

sim de uma adaptação à medida mais corrente na Europa Central, ou seja, uma milha de cerca de 1,6-1,7 km – seria de facto impossível avistar-se a terra de uma distância três vezes superior. Também Empoli, na sua carta de Setembro de 1504, converteu as distâncias percorridas na Índia em milhas, corrigindo até, riscando-a em certa passagem, a palavra *leghe* pela de *miglia* (cf. SPALLANZANI, p. 145).

²⁷ Leia-se: 1 de *Julho* (a soma dos dias de viagem é de dois meses e meio a contar a partir de 14 de Abril; cf. J. AUBIN, cit., p. 56).

²⁸ Ainda antes de chegar a Melinde, Albuquerque cruzou-se com João Lopes Perestrelo – capitão da segunda armada de Vasco da Gama – que vinha de regresso para o reino por via de Moçambique, e a quem entregou uma primeira carta para o rei (J. AUBIN, cit., p. 56; cf. nota *supra*). Melinde era «porto amigo» dos portugueses desde a primeira viagem de Gama (CASTANHEDA, cit., vol. I, pp. 30-35), tendo sido visitado também por Pedro Álvares Cabral, que levava um presente de D. Manuel para o rei de Melinde (*ibid.*, pp. 77 segs.), e por Gama na sua segunda viagem (*ibid.*, p. 99). Segundo Giovanni da Empoli, que ia com Afonso de Albuquerque, «[siamo] partiti a Melinde, dove per obrighatione e comandamento del rei di Portighallo bisongniava andare per aspettare il chapitano maggiore, el qual s'era da noi perduto per la fortuna grande passata» (SPALLANZANI, cit., p. 143), mas a embarcação em que seguia Empoli acabou por ir a Pate em vez de Melinde, devido a ventos adversos.

²⁹ Nenhuma das obras que consultámos indica o nome deste rei, possivelmente o mesmo que ficou associado à entrega de um piloto a Vasco da Gama, cinco anos mais cedo.

³⁰ Melinde, importante porto de saída para os produtos da região de Sofala, em troca dos quais recebia têxteis do Guzerate, concorria com Quíloa e Mombaça, mas a aliança com os portugueses acabaria por não trazer as mesmas vantagens que trouxe, noutro contexto, a Cochim. Os portugueses instalaram-se em Sofala em 1505 e impuseram o monopólio régio sobre o comércio de Cambaia na África Oriental.

³¹ «Antonio Lapis»; não lográmos identificar este indivíduo.

³² «handzeichen»

cipes, a qual me deram ali, na mesma hora. Se não tivéssemos querido deixar nesta terra o feitor de Vossa Alteza António Lopes ³³, poderíamos ter passado ao largo dela sem parar, pois tínhamos ainda a bordo todos os mantimentos necessários. Louvado seja Deus Nosso Senhor! ³⁴

Item [partimos] no dia 24 de Junho ³⁵ e ao dia 6 de Agosto vimos a terra da Índia à distância de 20 ou 30 milhas ³⁶. Aí [em Angediva] achámos António do Campo, conforme este dirá a Vossa Alteza, e não lhe tivéssemos, Deus e eu, acudido tão prontamente com coisas que lhe dei para a sua nau, talvez ele nunca chegasse a Portugal ³⁷.

Fizemos depois as pazes com o senhor da terra. A dita ilha chama-se Angediva, queda contra o vento chamado boreal ³⁸, e pertence ao rei de Narsinga ³⁹.

Quando quisemos partir, no dia 13 do dito mês, chegou Fernando Rodrigues com a sua caravela ⁴⁰, junto com Pedro e [141] Rodrigo Reinel ⁴¹ e alguma outra gente, e as suas caravelas estavam bem carregadas, mas precisavam de mantimentos ⁴². Pediram por isso que dividíssemos com eles

³³ «Antonio Lapis».

³⁴ Note-se que Francisco de Albuquerque nem menciona a hipótese de reencontrar em Melinde o seu primo Afonso, conforme explica Empoli (cf. nota *supra*).

³⁵ Mais uma vez, 24 de *Julho* (cf. J. AUBIN, cit., p. 56).

³⁶ Cf. nota *supra*.

³⁷ António do Campo saíra do reino como capitão de uma embarcação da segunda armada de Vasco da Gama, mas não conseguira apanhar a monção de 1502 e invernar na costa de Melinde. Associado a um Cristóvão Jusarte, terá sido, nas palavras de Jean Aubin, «le premier, dès 1502-1503, d'une longue série de chefs de bord que la tentation de faire de l'argent jeta aux marges de l'illégalité dans l'Océan Indien». Antes de chegar a Angediva terá passado pelas ilhas de Maldiva, mas o facto de estar em apuros quando Albuquerque o encontrou mostra que as suas actividades tiveram sucesso reduzido até essa data (J. AUBIN, cit., p. 57; sobre Jusarte, cf. Luís Filipe THOMAZ & Geneviève BOUCHON, *Voyage aux deltas du Gange et de l'Irraouaddy en 1521*, Paris, 1988, pp. 395-403 e quadro n.º iv).

³⁸ «Wöreal»

³⁹ «Dieselb Insel gehört zu dem künig von Narsinga»: esta frase não exprime necessariamente uma relação de propriedade, podendo resumir-se a uma simples dependência tributária ou aliança.

⁴⁰ Fernando Rodrigues Badarças, capitão da caravela Santa Maria; cf. nota *infra*.

⁴¹ «Piro und Rodrigo Renil»; ambos deverão ter saído de Portugal com a esquadra dos Sodrés, mas não são referidos nesse âmbito nas fontes que consultámos. Rodrigo Reinel ficou em Calicute depois da partida de Francisco de Albuquerque para o reino (CASTANHEDA, cit., vol. I, pp. 132 segs.).

⁴² Tratava-se de um grupo de três ou quatro embarcações com os sobreviventes da esquadra de Vicente Sodré, vitimada por uma tormenta nas ilhas de Curia Muria a 1 de Maio de 1503 (J. AUBIN, cit., p. 58; CASTANHEDA, cit., I, p. 116; cf. BARROS, cit., I, vii, 2, p. 250). Fernando Rodrigues Badarças, capitão da caravela Santa Maria, rebelou-se com Pero Rafael e Diogo Pires, igualmente capitães, contra Sodré ainda no fim de Abril, abrigando-se de uma tormenta, anunciada pelos habitantes locais, sem permissão do capitão-mor. Depois da tempestade, os sobreviventes elegeram Pero de Ataíde, que fora até então capitão apenas de uma caravela e quedara fiel às ordens de Sodré, como novo capitão-mor, e dirigiram-se para a costa indiana (CASTANHEDA, loc. cit.). O facto de virem com as embarcações bem carregadas deveu-se certamente às acções de saque levadas a cabo na região do Golfo de Ádem ainda antes do episódio de Curia Muria, e possivelmente também depois, noutras paragens.

os nossos mantimentos, para suprir a necessidade que tinham, e eu mandei na mesma hora dar-lhes o que precisassem ⁴³.

Item no dia 23 do dito mês, três horas depois do meio-dia, saímos de Angediva. Deixei nessa ilha duas cartas debaixo de uma pedra, para que, caso viessem aqui outros navios, se soubesse que eu tinha partido com os meus navios.

Item no dia 25 do dito mês encontrámos Pero de Ataíde, perto de um monte chamado *Ely* ⁴⁴. Ele seguiu pelo seu caminho rumo a Cananor, e nós chegámos a Cananor na noite de sábado ⁴⁵, onde falámos com o feitor ⁴⁶ e os escrivães ⁴⁷. No dia 27 do dito mês chegou-nos a nova da grande devastação e incêndio da cidade de Cochim, e de como o rei de Cochim fugira e a nossa feitoria se achava destruída. Falei então com Gonçalo Gil, o nosso feitor, e mandei retirar toda a gente do navio de Pero de Ataíde e da caravela. Dividi depois a gente pelos outros navios, pois assim me parecia ser útil, e substituí o capitão da caravela pelo meu irmão, Lionel de Albuquerque, de quem se esperam boas acções, das quais certamente ainda se ouvirá falar ⁴⁸.

⁴³ A generosidade com que Albuquerque distribuía mantimentos que ainda trazia do reino era possível graças à curta duração da sua viagem até à Índia, efectuada em tempo-recorde. Nas palavras de João de Barros, ele «ya muy jnteyro com mantimentos e cousas do reyno» (cit., I, vii, 2, p. 251).

⁴⁴ Pedro de Ataíde [*Piro de Kade*] viera do reino na armada de 1502. Avesso ao conflito aberto, apenas deixou Sodré depois de este se ter perdido em Curia Muria em Maio de 1503. Feito capitão-mor da pequena armada de sobreviventes em que se incluíam Pedro Rafael, Fernão Rodrigues Badarças e Diogo Pires (cf. nota *supra*; talvez tenha sido este o momento em que se lhe entregou uma nau a troco da caravela que até então comandara; cf. nota *infra*), dirigiu-se para a Índia onde, não podendo tomar o porto de Cochim devido à monção, acabou por arribar a Angediva (CASTANHEDA, cit., vol. I, pp. 116 segs.; cf. sobre este personagem o artigo de André TEIXEIRA, «Pedro e Vasco de Ataíde», in João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, SHIP, Lisboa, 2000, pp. 123-155). António do Campo teria chegado à mesma ilha três ou quatro dias depois, por lhe ter morrido um piloto ainda no início da travessia do Índico e assim ter sido obrigado a velejar à vista pelo litoral (CASTANHEDA, cit., vol. I, p. 117). O facto de Albuquerque ter encontrado em Angediva primeiro António do Campo e só uma semana mais tarde os outros portugueses indica que estes entretanto terão andado pelo litoral indiano em actividades que nenhum dos cronistas refere.

⁴⁵ Portanto no dia 26 de Agosto de 1503. Segundo Gaspar Correia, que erradamente situa a chegada em finais de Setembro, Pero de Ataíde teria esperado em Cananor a chegada de Albuquerque, indo ao seu encontro com várias embarcações e regressando com ele ao porto de partida no mesmo dia (cit., vol. I, p. 375).

⁴⁶ Gonçalo Gil Barbosa; cf. nota *infra*.

⁴⁷ *Schreibern*; o uso desta palavra em contextos variados da presente carta deixa algumas vezes dúvidas sobre o número de escrivães em cada situação, sendo que no acusativo dificilmente se distingue a forma singular da plural. Por isso transcrevemos, em todos os casos duvidosos, a forma alemã (*schreibern*, aqui). Geralmente, mas não obrigatoriamente, era costume haver dois escrivães por feitoria.

⁴⁸ Segundo Castanheda, «el rey [de Cananor] foy falar ao mar a Francisco dalbuquerque, & contou-lhe o que sucedera em Cochim, & onde el rey estaua. E sabido isto [Albuquerque] partiose logo pera Cochim» (cit., vol. I, p. 117). Correia escreve, no entanto: «sairão a terra e forão á Igreja fazer oração. E logo Fransico d'Albuquerque polo feitor Gil Fernandes Bar-

Item, feito isto, Gonçalo Gil, feitor de *Kolin* [sic]⁴⁹ fez-me saber do grande aperto que ali havia, requerendo-me [também] que eu fosse em socorro do rei de Cochim, e que soubéssemos mais precisamente do estado da feitoria e de como tudo acontecera. O feitor de Cananor foi então ter com o rei [de Cananor] para lhe dizer que não se entristecesse com a partida do capitão de Portugal para Cochim, onde o rei se encontrava em grande aperto, acrescentando que, caso [o rei de Cananor] precisasse da sua ajuda, estaríamos dispostos a ajudá-lo atempadamente e em qualquer altura⁵⁰.

Quando quis partir de Cananor para Cochim, vieram perguntar-me se não queria fazer as pazes com o rei de Calicute⁵¹.

Saímos de Cananor na quinta-feira, dia 31 de Agosto, e chegámos a Cochim⁵² no sábado, dia 2 de Setembro⁵³. O rei de Cochim fugira, junto

bosa [sic] mandou visitar elRey, que estaua doente daly a huma legoa, e as cartas e presente que lhe trazia, e dizer que lhe perdoasse nom o ir ver, porque logo se partia pera Cochym. ElRey lhe mandou seus agradecimentos e visitar polo Gozil [...] Francisco de Albuquerque se deu pressa por ganhar esta honra, e logo tomou lenha e agoa, e se partio pera Cochym» (cit., vol. I, pp. 375 segs.) – versão que, vista a presente carta e a pouca probabilidade de o rei de Cananor se dirigir em pessoa a uma embarcação para anunciar o ataque a Cochim, parece bastante mais credível.

Segundo Aubin, o capitão substituído foi Fernão Rodrigues Badarças, que ia na caravela Santa Helena (AUBIN, cit., p. 58). Note-se que a entrega, ordenada por Albuquerque a Gonçalo Gil Barbosa no dia 30 de Agosto, de três bares de breu para os arranjos do *São Pedro* e de duas caravelas (*ibid.*), é posterior à entrega da caravela a Lionel de Albuquerque. Segundo Gaspar Correia, Albuquerque levou consigo «Pero d'Ataide e Antonio do Campo em seus nauios, e as seis carauellas, porque deitou a gente das naos, porque as carauellas havião d'entrar no rio de Cochym, e todos muy prouidos d'artelharia, e poluora, e todo o necessario, que hião a pelejar» (cit., vol. I, p. 376).

⁴⁹ Esta referência é enigmática, mesmo que se identifique *Kolin* com Cochim. Gonçalo Gil Fernandes Barbosa de Santarém, tio do Duarte Barbosa que foi língua e escreveu o *Livro*, fora de facto feitor em Cochim, mas havia sido substituído, em 1502, seguindo uma ordem de Vasco da Gama, por Diogo Fernandes Correia. Passou desde então a servir como feitor em Cananor, de onde apenas saiu em 1505 (cf. Ana Rita CANAVARRO, «Gonçalo Gil Barbosa», in *Descobridores do Brasil* [nota *supra*], p. 262; cf. também nota *infra*). Outra hipótese, bastante mais remota, seria uma identificação de *Kolin* com Coulão. De facto, Vasco da Gama havia já ido a esse porto na sua segunda viagem, antes de Afonso de Albuquerque. Havendo mais do que um Gonçalo Gil na Índia por esta época (cf. o artigo de Jorge Santos ALVES em DHDP), seria teoricamente possível existir aí um feitor com esse nome, mas a acepção parece demasiado forçada perante o contexto da presente menção e a ausência de qualquer outra referência a tal personagem. A explicação mais simples não deixa portanto de ser um erro do primeiro copista e tradutor, pouco familiarizado, conforme se depreende de toda a carta, com a onomástica portuguesa e a toponímia indiana.

⁵⁰ Cf. nota *supra*.

⁵¹ Gaspar Correia refere que entre a saída de Cananor e a chegada a Cochim Albuquerque teria ainda tido tempo para, numa acção-relâmpago empreendida a meio do caminho, surgir diante de Calicute e bombardear a cidade (cit., I, p. 376).

⁵² «für Cutzin».

⁵³ Segundo Castanheda, «chegou quasi noyte [...] e logo foy visto por el rey ter vigias, que ja sabia sua vinda. E foy a festa muyto grande em Vaipim por sua chegada [...] e fazião grandes tangidas, & folias: em que logo os de Calicut que estauão nas tranqueyras atentarão» (cit., vol. I, p. 118).

com a nossa feitoria, para um lugar a duas milhas de Cochim⁵⁴. Quando me deram esta nova, desisti de ordenar salvas de artilharia⁵⁵, nem houve outras mostras de alegria. Mandeí recado ao rei da minha chegada. E ele alegrou-se muito e esqueceu toda a sua tristeza, pois tinham chegado os seus amigos de Portugal⁵⁶. O rei ordenou que se me pedisse que eu desse salvas de artilharia. E eu assim o cumpri na mesma hora, mandando dar salvas com os [canhões] grandes e pequenos. O rei fez-me ainda saber [142] que todos os nobres gentios⁵⁷ e também os Malabares⁵⁸ e cristãos estavam alegrados com a minha chegada. Pediu-me que todos os meus navios lançassem âncora defronte da cidade queimada de Cochim, e que o pusesse novamente no seu reino, pois todo o mal lhe advinha de ser amigo do rei de Portugal. Fez-me saber também que desde que o almirante partira da última vez, nunca mais tivera paz nem sossego do rei de Calicute.

Item, logo que lancei a âncora do meu navio no porto defronte de Cochim⁵⁹, o nosso feitor de Cochim⁶⁰ veio para o meu navio e contou-nos o que se havia passado. Disse-me também que o rei pedia que nos chegássemos mais perto da terra com o navio. Contou-me ainda o mesmo feitor que o rei de Calicute viera sobre Cochim com muita gente, por terra e por água, e que na primeira batalha morreram dois príncipes de Cochim, um irmão e um primo do rei, e ainda muita gente, os quais morreram, uns espancados, outros queimados; devastaram também as terras de Cochim, e esta guerra durou mais do que um mês. Enquanto os homens do rei de Calicute devastavam a terra de Cochim, o rei de Cochim fugiu com o nosso feitor e os escrivães⁶¹ para uma ilha, levando consigo os bens que pertenciam ao rei de Portugal, onde os achei, com muita da mercadoria estragada. Contou-me ainda que o rei de Calecut quisera que o rei de Cochim lhe entre-

⁵⁴ Começa aqui toda uma série de referências a lugares muito difíceis de identificar, incluindo, nomeadamente, várias ilhas do vasto sistema fluvial e lagunar da região de Cochim, cuja morfologia tem vindo a mudar ao longo dos séculos e carece de um estudo de cartografia histórica credível. O lugar de refúgio poderá ter-se situado na ilha de Vaipim, que, embora comece a muito menos de «duas milhas» da cidade, se estende por uma vintena de quilómetros para Norte (cf. Jean DELOCHE, *La circulation en Inde avant la révolution des transports*, Paris, École Française d'Extrême-Orient, 1980, vol. I, p. 89). É pelo menos esse o topónimo avançado por CASTANHEDA (cit., vol. I, p. 118), CORREIA (cit., vol. I, p. 377) e o autor da Crónica anónima (cap. 23, p. 52).

⁵⁵ «*püchsen*».

⁵⁶ A compreensível alegria do rei é relativizada apenas por Correia: «vendo que era armada da India, e que do Reyno erão só três naos, ficarão tristes e desconfiados» (cit., vol. I, p. 377).

⁵⁷ «*hayden*».

⁵⁸ «*Melberess*».

⁵⁹ «*in der porten für Cutzin*».

⁶⁰ Diogo Fernandes Correia, que fugira com o rei de Cochim e vinha agora com recados dele (CASTANHEDA, cit., vol. I, p. 118, e CORREIA, cit., vol. I, p. 377; cf. nota *supra*).

⁶¹ «*mit unserm factor und schreibern*»; segundo Castanheda (vol. I, p. 102), «foy apousentado [por Vasco da Gama] na feytoria [de Cochim] Diogo fernandes correa, que como disse foy de Portugal & foram seus escriuães Lourenço moreno *que* já la éstaua, & hum Aluaro vaz *que* ya de Portugal, & dom Vasco lhe deu hum lingoa & certos Portugueses pera seruiço da feytoria». Ambos os escrivães permaneciam em funções em Setembro de 1503 [*Commentarios de Afonso de Albuquerque, 5a edição, conforme à 2a edição, 1576* (ed. J. Veríssimo SERRÃO), IN-CM, Lisboa, 1973, vol. I, p. 4].

gasse o feitor, os escrivães e a mercadoria⁶², como condição para se fazerem as pazes, mas que o rei de Cochim não o quizera fazer de maneira nenhuma. E que, vendo os reis de Calicute como a fé⁶³ do rei de Cochim era forte e como ele se mantinha ao lado dos portugueses, quatro grandes senhores do rei de Calicute se passaram para o rei de Cochim por amor à sua justiça.

Item, no dia 4 de Setembro armámos os nossos batéis⁶⁴ e saímos em terra⁶⁵. O rei de Cochim veio em pessoa para o meu batel, fazendo-me as suas honras, pois não queria estar em terra e retomar o seu reino sem ser primeiro reconhecido pelo capitão do rei de Portugal e por ele reposto na sua cidade⁶⁶. O rei ficou muito tempo com os seus principais⁶⁷ nos meus batéis. E eu fiz presentes ao rei e a todos os senhores que ele consigo trazia.

Depois de tudo isto, tive conselho com o nosso feitor, os capitães e os escrivães; fomos de parecer e decidimos [143] que eu, o feitor e os escrivães fôssemos com o meu batel sair em terra junto à cidade queimada de Cochim, a qual estava tão destruída e queimada que assustava a todos que assim a vissem⁶⁸.

Enquanto fazíamos caminho, achámos uma ilha que era do rei de Calicute⁶⁹. E enquanto a gente desta ilha fugia de nós na direcção de Cochim, nós pusemos fogo às suas casas, de modo que se via muito bem desde Cochim, e capturámos muitos deles. O rei alegrou-se muito com isto. Pela mesma altura, chegaram dois dos nossos navios, os quais eu tinha deixado para trás numa grande tormenta junto ao Cabo da Boa Esperança⁷⁰.

Item, no dia seguinte o rei de Cochim fez-me pedir que destruíssemos por completo a dita ilha⁷¹, pois [os seus habitantes] tinham sido maus vizinhos.

No dia 6 do dito mês, ordenei a minha gente e voltei a sair em terra, onde queimámos o restante das casas e cortámos todas as árvores de fruto

⁶² «die factor, schreiber auch guot».

⁶³ «gloub».

⁶⁴ «barken».

⁶⁵ Albuquerque não esclarece totalmente a cronologia dos acontecimentos dos dias 2, 3 e 4 de Setembro, nomeadamente o momento exacto do regresso do rei a Cochim. O mais plausível é que, em proximidade ao que descrevem Castanheda e o anónimo, Albuquerque tenha ido surgir diante de Vaipim, onde o rei o esperava na praia com a sua gente e alguns portugueses, na segunda-feira, dia 4 de Setembro.

⁶⁶ Castanheda omite a vinda do rei para o batel, mas descreve também com vivacidade o calor da recepção, durante a qual Duarte Pacheco estaria já presente (cit., vol. I, p. 118).

⁶⁷ «obersten».

⁶⁸ Curiosamente, Albuquerque omite por completo o episódio do regresso do rei ao seu palácio de Cochim, pomposamente encenado por Gaspar Correia (cit., vol. I, pp. 377 segs.) e mencionado também por Castanheda (cit., vol. I, p. 119) para o mesmo dia em que, à noite, se teria feito o ataque descrito no parágrafo seguinte. A crer na versão do cronista anónimo, «elrey entrou nos bateis e asy como estavam se foram lloco a Cochy, que ja acharam despejado» (cap. 24, p. 53).

⁶⁹ Segundo Castanheda (cit., vol. I, p. 119), tratava-se da «ilha que fica defronte de Cochim», e o ataque ter-se-ia dado depois do regresso do rei a Cochim, mas ainda antes do cair da noite. Também segundo a crónica anónima (p. 53) este ataque deu-se «avendo dous dias que chegaram e tendo ja rrestetuido Elrrey em Cochim, huma tarde».

⁷⁰ Cf. nota *supra*.

⁷¹ «dieselben Inseln».

que encontrámos, sendo a maior parte delas tamareiras ⁷². O rei de Cochim ficou deveras contente com tudo isto. Pediu-me porém, por três vezes, que me retirasse com a minha gente e que não fizéssemos tamanhas vinganças, pois entre os gentios não se conhece mal nem desonra maior do que vir o inimigo cortar as tamarareiras. Das quais eu não mandei cortar e queimar mais do que 1000. Voltei então a encontrar-me com o rei de Cochim em terra, junto do mar. E do que com ele conversei, quero dar notícia a Vossa Alteza pessoalmente.

Item, o nosso feitor Diogo Fernandes e os escrivães pediram-me, em nome do rei de Portugal, que mandasse construir um forte ⁷³, em que eles pudessem depositar as mercadorias e defender-se dos inimigos, para que todos os mercadores ficassem mais seguros ⁷⁴. Disseram ainda que, caso eu não o mandasse fazer, eles se viriam embora comigo para Portugal e deixariam tudo. Tive então conselho com o feitor, os escrivães e os capitães, e chegámos a um acordo. Pedimos então ao rei de Cochim um lugar ou pedaço de terra em que pudéssemos fazer o forte ⁷⁵.

Este pedido não agradou ao rei de Cochim, que me respondeu parecer-lhe a ele e aos seus que o lugar [que apontávamos] ficava demasiado perto do templo e da cidade alta de Cochim ⁷⁶. E que, mesmo que nos desse autorização, [144] seria necessário fazer tudo com grandes cautelas e forças. Por fim, contudo, tanto se falou que ele acabou por concordar conosco ⁷⁷.

Item, concluímos que o melhor seria fazer-se o forte junto do rio que passa pela cidade de Cochim e perto do mar, pois dentro na cidade não teria muita força.

O rei enviou-me então uma carta pelo nosso feitor, na qual escreveu que nos concedia, pela ajuda que eu dera ao seu amado reino, fazermos a fortaleza e pedirmos toda a ajuda necessária ao seu povo, que prestamente nos serviria seguindo os nossos desejos. Fez também anunciar em todo o seu reino que nenhum homem cioso da sua vida tivesse a ousadia de entrar

⁷² Albuquerque é muito claro – pelo menos na versão alemã – em afirmar que este ataque, a 6 de Setembro, se dirigia à mesma ilha que o ataque de dia 4, e que se destinava a arrasar o que quedara por destruir nesse dia. Castanheda, pelo contrário, entende que, já no dia seguinte ao primeiro ataque (ou seja, no dia 5 de Setembro, seguindo a datação de Albuquerque), os portugueses teriam lançado uma grande ofensiva com 600 homens e todos os capitães contra outra ilha, chamada *Charauaipim* (cit., vol. 1, p. 119; o episódio é também narrado detalhadamente na crónica anónima, pp. 54 segs.). Ora o ataque assim descrito por Castanheda e o anónimo assemelha-se de tal modo àquele que Albuquerque descreve para o dia 9 de Setembro, que só podemos estar perante um erro dos cronistas no que toca à sua situação cronológica.

⁷³ «schloss».

⁷⁴ «auch daz alle kaufmanschaft darin versichert wer».

⁷⁵ Ou seja, e ao contrário do que afirma Castanheda (cit., vol. 1, p. 121), o pedido foi apresentado ao rei de Cochim dois dias depois do seu regresso à cidade, e não depois da expedição contra o senhor de Repelim. A decisão, algo espontânea, nascida da iniciativa não tanto do capitão mas mais daqueles que iriam ficar em Cochim à mercê das guerras locais, mostra bem como, ao contrário do que afirma Brás de Albuquerque, o regimento dado por D. Manuel a Francisco de Albuquerque não incluía a construção de um forte em Cochim (J. AUBIN, cit., p. 59).

⁷⁶ Ou seja, da residência do rei.

⁷⁷ Segundo Aubin, a cedência deveu-se principalmente à fraquíssima posição do rei de Cochim face ao homem que, poucos dias antes, lhe emprestara 10 mil cruzados para prover os seus cofres completamente esvaziados pela guerra (J. AUBIN, cit., p. 60).

no perímetro do lugar escolhido para fazer-se o forte. Depois de se terem feito estas coisas, mandei sair a minha gente em terra para cortar árvores para o forte e atravessar o rio para buscar pedra, juntando-se assim tudo o que era necessário para fazer o forte ⁷⁸.

Item, correndo tal rumor pela Índia, vieram de uma ilha que pertence ao rei de Calicute dois grandes príncipes amedrontados, com muito povo. Os quais príncipes se entregaram ao rei de Cochim com todo o seu povo, jurando-lhe amizade e obediência. No mesmo dia, o rei [de Cochim] enviou-nos muita quantidade de fruta e de presentes, pedindo-me que eu fosse destruir uma ilha povoada (a qual ficava junto da outra que tão bem queimámos), a qual pertencia a um senhor chamado *Quaima*, obediente ao rei de Calicute ⁷⁹, onde havia muita gente armada, e ao irmão [do rei] de Calicute.

Item aos 9 do dito mês cheguei à ilha chamada *Charnexa* ⁸⁰, com a minha gente bem armada. Ao querermos sair em terra, essa gente atacou-

⁷⁸ Castanheda, que aliás não menciona as reticências iniciais do rei face ao projecto do forte, vai bastante mais longe na descrição dos favores concedidos pelo rei de Cochim na construção do forte, pois este teria prometido «que logo a mandaria fazer á sua custa [...] E por não terem pedra, *nem* cal, *nem* officiais que a fizessem, *nem* outros materiays necessarios, fizeramna de madeira, que el rey mandou cortar em abastança [...] E deu muita gente pera fazer a obra, dizendo que não queria *que* os nossos trabalhassem: porque *bem* lhes abastaua ho trabalho da guerra: & com tudo eles não deixarão de trabalhar [...] E el rey ya muytas vezes ver como trabalhauão, & folgaua muyto de ver a diligencia dos nossos no trabalho, & dizia que *nam* auia tays homens, porque erão pera tudo» (cit., vol. I, p. 122). O mesmo se lê na crónica anónima (cap. 26, p. 56). O edifício era certamente de dimensões modestas e teve de ser feito em grande parte de madeira, conforme afirmou também Empoli na sua carta («*faciemo in detto luogho di Chuccim uno castello in su la punta del rio di Repellim, molto forte di legnami e fosse grandi circondato e con molta gente e artiglierie*»; SPALLANZANI, cit., p. 145). Daí termos optado por verter a palavra alemã *schloss* para «forte», e não fortaleza. A estrutura, da qual se reproduz uma hipotética imagem em Aubin (cit., p. 61), devia permitir o armazenamento das mercadorias, mas também assegurar a defesa do pessoal da feitoria em caso de novo ataque ou distúrbio por parte da gente do Samorim. Tratar-se-ia portanto de uma espécie de tranqueira bem acabada, com fosso circundante (terminados a 1 de Novembro; cf. texto *infra*), e com um edifício no interior, certamente o último a ser acabado. Segundo Castanheda, «era feyta em quadra, & tinha o vão de noue braças de largo, & de comprido as paredes eram de duas andainas de palmeiras, & outras aruores fortes metidas no chão percintadas, com percintas de ferro muyto fortes, pregadas com pregos muyto grandes: & o vão dantre as andainas era entulhado de terra & area. E destas andainas, tinha dous baluartes em cada canto, & todos bem artilhados, & era cercada de caua *que* se enchia dagoa» (CASTANHEDA, cit., vol. I, p. 122). O forte subsistiu mesmo depois da construção de uma fortaleza em pedra por ordem de Dom Francisco de Almeida, em 1505-1506.

⁷⁹ *Caimal* é a designação genérica de qualquer pequeno senhor tributário de um rei no âmbito das hierarquias de poder no Kerala (cf. Geneviève BOUCHON, «Les musulmans du Kérala à l'époque de la découverte portugaise», in *Mare Luso-Indicum*, II (1973), p. 38. O emprego algo desajeitado do termo é talvez mais um sinal da relativa ignorância do primeiro tradutor.

⁸⁰ Provavelmente a ilha que Castanheda apelida de *Charauaipim*. O episódio é narrado extensamente por este cronista (cit., vol. I, pp. 119 segs.), mas erradamente situado no dia seguinte ao regresso do rei a Cochim. Segundo Castanheda, o caimal de *Charauaipim* fora vassalo do rei de Cochim, mas passara-se para o lado de Calicute nas guerras de 1503. Teria em sua defesa três milhares de naires, 700 frecheiros e 40 espingardeiros, alguns paraus com artilharia, fornecidos pelo Samorim, e ainda uma boa tranqueira no centro da ilha. Desta feita, a

-nos com muitas setas. Nós, porém, saímos em terra com as nossas espingardas ⁸¹ e fomos subindo pela margem de um pequeno rio que corre por essa parte da ilha, enquanto do outro lado um capitão chamado Nicolau Coelho entrou por essa parte da ilha até ao lugar onde estava reunida a maior parte da gente da ilha. A maior parte da gente inimiga foi ferida, e dos meus homens apenas um foi morto, por um tiro de espingarda deles ⁸².

Item, quando vi que não havia inimigos do meu lado [da ilha], velejei com a minha gente até ao outro lado, onde estava Nicolau Coelho com a sua gente. Mas quando o encontrei, [145] já a peleja tinha acabado, tendo sido morto o caimal, senhor e príncipe da terra, com a sua gente. Tinham também saqueado as suas casas, que eram muito fortes e tinham portas que muito dificilmente se conseguiam abrir. Tudo isso aconteceu antes de eu chegar. Por isso, senhor, meu rei, parece-me que tal homem e capitão é merecedor de todas as salvas de honra e outras coisas ⁸³. Visto que eu estava com a minha gente no mar [*sic*] enquanto eles ganharam a terra sem a nossa ajuda, pareceu-me que eram merecedores das honras devidas. Por isso fiz cavaleiro a Leonel de Albuquerque meu irmão, e a outros 23 que fizeram bem as suas tarefas de bons cavaleiros. Acabado isto, fomos novamente de barco até ao rei de Cochim, que me recebeu junto à água e disse: «Capitão, quer-me parecer que agora estamos bem vingados da morte do meu irmão e dos meus primos.» Isto me disse a mim el-rei de Cochim com as lágrimas nos olhos. Acreditai, meu senhor, o que vos escrevo, pois não diria senão a verdade a Vossa Alteza.

Mandei então trazer ao rei todas as lanças, paus, espadas, arcos e flechas que tinha tomado aos seus inimigos mortos. Dei tudo isso ao rei e aos seus principais ⁸⁴. E o rei tomou na sua própria mão uma lança, mostrando-se contente e tendo por grande serviço o que eu fizera para devolver-lhe toda a sua honra perdida. Muitos principais ⁸⁵ tomaram também lanças nas mãos e mostraram-se muito satisfeitos com o que eu lhes trouxera.

Item a peleja por esta ilha acima mencionada durou de manhã cedo até às duas horas da tarde, sendo feridos 22 da minha gente, e morto um homem, com um tiro de espingarda.

Item, quando os de Calicut souberam o que fizéramos [ou seja] o que aqui vai escrito, enviaram [uma mensagem] ao nosso feitor pedindo as pazes e perguntando se lhas concederíamos. Eu porém mantive-me silencioso, dizendo apenas que não tinha a ver com o assunto. Entretanto, mandava que a minha gente trabalhasse, trazendo pedra e madeira para o forte, para que eu não perdesse uma única hora, servindo sempre bem a Vossa Alteza.

resistência foi mais feroz, mas a artilharia portuguesa ajudou mais uma vez a resolver a situação (cf. *Crónica anónima*, cap. 25, pp. 54 segs. e nota *supra*).

⁸¹ «*püchsen*».

⁸² Segundo Castanheda (cit., vol. I, p. 120), os dois flancos portugueses contaram também com o auxílio, aqui «esquecido» pelo autor da carta, de tropas do rei de Cochim, as quais teriam avançado pelo meio.

⁸³ «*freudenfeuer und mereress*».

⁸⁴ «*seinen herrn*».

⁸⁵ «*ytlicher fürst*».

Depois, no dia 10, veio ter comigo ao navio, vindo da terra, um dos maiores mercadores da Índia, o qual já carregara a nau do almirante com especiarias, mas [146] nunca fizera tal honra a ninguém senão a mim, pois antes nunca entrara num navio. Este é [um homem] poderoso que tem muitas especiarias para se carregarem e despacharem [nas naus].

Dei-lhe por isso um presente de veludo carmesim ⁸⁶.

Antes disto o rei fizera-me saber que [o mercador] queria ver o meu navio, se eu lho permitisse. Pensei então que seria impróprio da minha parte recusar tal pedido ao rei, sendo o mercador um homem poderoso que me poderia ser útil no carregamento das especiarias. Por isso fiz saber ao rei que corresponderia ao seu desejo, embora não fosse hábito entre nós [permitir tais visitas].

No dia 11 do dito mês falei com os mercadores de *Korans*, que são uma grande companhia ⁸⁷, e comprei-lhes 4000 bares de pimenta seca, velha e boa, em presença do rei de Cochim, do feitor e do escrivão ⁸⁸, conforme está estipulado no regimento de Vossa Alteza, e da mesma maneira que já o fizera o almirante. A mim porém venderam-me a pimenta mais barata um fanão. Parece-me, Senhor, que este favor que eles me fizeram constitui um grande serviço a Vossa Alteza. Eles prometeram também trazer a mercadoria ao longo de todo o mês de Novembro.

Item, no mesmo dia eu soube que o rei de Calicute despedira ⁸⁹ os dois lapidários ou pedreiros que Vossa Alteza aqui enviou com o feitor no navio do almirante, por lhe terem mentido e feito traições, dizendo que Portugal era um país pequeno sem mais poder do que algumas embarcações pequenas, e ainda outras muitas mentiras ⁹⁰. Ele porém via bem como, desde que o almirante daqui partiu, as armadas e os navios vinham novamente em cada ano, uns após os outros, sendo assim tudo o que lhe diziam de muito dano para ele, pois eram mentiras e traições.

Assim espero que quando me encontrar com Afonso de Albuquerque e se juntarem os nossos barcos e toda a armada, Deus queira que [o rei de Calicute] nos dê bom tratamento.

Item, no dia 14 do dito mês, no dia de Santa Cruz, estabeleci as medidas que o forte deveria ter no seu lugar ⁹¹, e dei à igreja o nome de Santa Cruz, pois trazíamos a cruz nas nossas velas, e também para que a

⁸⁶ «rotem Kremesim Samet».

⁸⁷ Não conseguimos identificar esta companhia ou topónimo.

⁸⁸ «in beiwesen des konigs von Cutzin und schreiber und factor».

⁸⁹ «het lassen fahen»; a expressão não é totalmente clara (*fahren lassen* equivale a «despedir», e não a «prender», que seria *fassen lassen*), mas deixa fora de dúvida que os indivíduos em questão caíram em desgraça junto do Samorim.

⁹⁰ Tratava-se de dois lapidários ou joalheiros milaneses, vindos de Roma para Portugal e embarcados na armada de 1502. Ambos ficaram incumbidos pelo almirante de comprar pedraria para a feitoria de Cochim. Na verdade, iam, sem o admitir, também com bons conhecimentos de artilharia, provavelmente já a pensar em passar-se para o lado indiano. A imagem de um Portugal pequeno e pobre que tentaram espalhar corresponde à esperança veneziana de desacreditar D. Manuel junto dos enviados malabares em Lisboa e assim salvar a rota do Levante (J. AUBIN, cit., pp. 73-75).

⁹¹ «do leget ich die mass, wie gross das schloss solt sein auf seim platz»; em alemão, esta expressão sugere que se desenharam no chão, nesse dia, os principais elementos da planta do forte.

Santa Cruz [147] seja venerada em todos os lugares e confins [da terra], e ainda porque a igreja foi começada no dia de Santa Cruz ⁹².

No dia 15 do dito mês, juntou-se a nós Afonso de Albuquerque com os seus navios vindos de Portugal ⁹³. Demos-lhe notícia das coisas que havíamos feito. Na segunda-feira ⁹⁴, começámos a escavar os fundamentos e demos ao forte o nome de *Castelo d'Albuquerque* ⁹⁵.

Depois, eu e Afonso de Albuquerque reunimo-nos no forte e mandámos declarar que ambos ordenávamos, em nome do rei de Portugal, que daí por diante todos os domingos se armassem todos os nossos batéis com gente e artilharia, pois o rei de Cochim queria ouvir a nossa missa com todos os seus principais, e era bom que ele visse as honras e triunfos que fazíamos a Deus Nosso Senhor, e o modo pelo qual lhe fazíamos as nossas preces. Assim sendo, o rei de Cochim veio com a sua gente e os seus principais. Estes folgaram muito com o nosso modo de cantar e vestir, e ficaram na igreja, junto com o rei, durante toda a missa.

Item, fomos depois todos [para um lugar situado] entre Cochim e Caylha ⁹⁶, a baixo de Arrcall ⁹⁷, sem o conhecimento dos gentios ⁹⁸. Fomos ali a uma ilha, na qual matámos muita gente preta, queimando-lhe todas as suas casas e capturando 20 gentios. A noite surpreendeu-nos enquanto fazíamos isto, e assim não pudemos fazer mais estragos. Nessa ilha e peleja, foram feridos oito dos nossos e morreu um.

⁹² Segundo Jean Aubin, esta capela já deveria existir antes da chegada de Francisco de Albuquerque, que apenas lhe teria dado o nome. De facto, como se pode ler dois parágrafos adiante, a igreja esteve em estado de acolher o rei de Cochim apenas uma semana depois da «fundação» descrita por Albuquerque. Segundo João de Barros, o capitão teria pelo menos enriquecido a igreja com um oratório dedicado a São Bartolomeu, primeiro apóstolo das Índias (cit., p. 62).

⁹³ Sobre a viagem de Albuquerque até à Índia, veja-se a carta de Empoli (SPALLANZANI, cit., pp. 139-144) e a carta anónimo da 16 de Setembro de 1504 (C. RADULET & L. F. THOMAZ, cit.). Empoli chegou a Cananor no dia 11 de Setembro de 1503, e dali «*partimoci a lungho dalla chosta e andamo a Chuccim, facciendo il cammino per Chalicut e que' altre terre circhustante. Giunti a Chuccim, trovamo essere arrivati la nave della chapitania, di Francesco d'Albuquerque*» (SPALLANZANI, cit., p. 144).

⁹⁴ Dia 18 de Setembro de 1503.

⁹⁵ A designação varia segundo as fontes. Segundo Castanheda, Afonso de Albuquerque teria preferido chamar-lhe «Castelo Manuel» e Brás de Albuquerque avança mesmo o título de «Convento de Cristo», por se ter situado em terras do mestrado de Cristo. O nome que se manteve nos anos seguintes foi o de «Albuquerque». Melhorado em 1504-05, acabou por sofrer a concorrência da fortaleza de pedra erguida por D. Francisco de Almeida em 1506 e baptizada de «Santiago». Ambas as estruturas continuaram em funcionamento pelo menos até 1514 (J. AUBIN, cit., pp. 61 segs.).

⁹⁶ Talvez *Alwaye*, perto da bifurcação do rio Periyar (cf. J. DELOCHE, *La circulation en Inde*, vol. II, p. 89).

⁹⁷ Possivelmente *Narakkal*, na ilha de Vaipim (cf. *ibid.*).

⁹⁸ Este episódio será possivelmente o mesmo que Castanheda narra na p. 121. Os portugueses teriam partido à noite e feito o caminho, de quatro léguas, até um lugar do senhor de Repelim. Na versão de Castanheda, teria sido apenas depois desta expedição que Albuquerque teria pedido autorização ao rei de Cochim para se fazer o forte. Ainda segundo o cronista, o episódio ter-se-ia dado ainda antes da chegada de Afonso de Albuquerque, o que, mais uma vez, não condiz com a versão da presente carta.

Após isto, armei cavaleiro a Álvaro Verini ⁹⁹, por bem o merecer. Os gentios cativos disseram-me que nunca nenhum rei da terra tivera a ousadia de atacar a sua ilha, nem mesmo com 10 000 homens, e que se admiravam muito de nós o termos feito com tão pouca gente.

Item, feito isto, veio o feitor de Cananor pedir-nos uma caravela, a qual queria enviar com António de Sá para *Agulonj* ¹⁰⁰, para que ele fizesse as pazes com a gente e mercadores da mesma ilha e pudesse acordar com eles os preços de todas as mercadorias que trazíamos para esta terra e das especiarias, mesmo enquanto a ordenança ¹⁰¹ ainda estivesse em Cochim. Eu dei-lhe a caravela, e fez-se a ordenança. Porém, os ditos gentios não queriam que nós enviássemos embarcações ao lugar onde o almirante esteve a carregar duas naus ¹⁰².

Item, no dia 29 de Setembro enviei quatro capitães com quatro navios que estavam em terra para irem pela costa e apresarem alguma nau de Meca, a fim de termos mantimentos no Castelo d'Albuquerque [148] por bastante tempo, e ainda, também, para tomarem alguns navios de Calicute. Isto porque tinha ouvido dizer que [os de Calicute] nos queriam cortar o abastecimento em víveres. Mandeí partir para esta empresa quatro embarcações ¹⁰³.

Item no dia 7 de Outubro veio ter comigo um grande mercador gentio chamado Cherian Marakkar ¹⁰⁴, que me pediu que eu fizesse armar as

⁹⁹ «*Albaro Verini*»; não lográmos identificar este personagem, algo estranho na medida em que *Álvaro*, nome de origem peninsular, não é comum entre italianos, nacionalidade sugerida pelo apelido.

¹⁰⁰ António de Sá estava no Malabar havia quase um ano. *Agulonj* poderá ser Coulão ou algum outro lugar. O facto de o requerimento provir do feitor de Cananor e não de Cochim poderá relacionar-se com a pouca vontade de Cherian Marakkar e de Diogo Fernandes Correia em facilitar fluxos de mercadorias fora da sua área de influência imediata. Os impulsos para criar novos contactos teriam assim vindo de fora de Cochim (J. AUBIN, cit., p. 66; cf. nota *infra*).

¹⁰¹ «*ordinantz*».

¹⁰² Antes de Afonso de Albuquerque, já Vasco da Gama carregara pimenta em Coulão, em Janeiro de 1503 (cf. nota *infra*).

¹⁰³ A escassez dos mantimentos, compreensível numa cidade recentemente devastada, torna-se mais clara ainda graças a um documento publicado por Aubin, datado do mesmo dia 29 de Setembro. Neste mandado, Francisco de Albuquerque ordenava a Gonçalo Gil Barbosa, feitor de Cananor, a entrega de 30 fardos de arroz e de peixe seco a Nicolau Coelho, para o abastecimento dos homens que estavam a construir o forte em Cochim (AUBIN, cit., pp. 62 e 106). Talvez esta necessidade explique, pelo menos em parte, a continuação dos ataques portugueses, face a duas propostas de compromisso que o Samorim fez chegar a Gonçalo Gil Barbosa, feitor de Cananor, uma das quais chegou no dia 4 de Outubro de 1503. Nesta carta, o soberano dizia-se surpreendido por Francisco de Albuquerque não ter ainda vindo a Calicute carregar as especiarias que lhe foram prometidas (*ibid.*, p. 107).

¹⁰⁴ «*Karine Mecarij*»; Cherian Marakkar, irmão de Mamale Marakkar, era um dos mais poderosos mercadores muçulmanos da região. Exercia grande influência nos negócios da pimenta, mas também da canela de Ceilão e do cravo e maça vindos por via de Malaca. No mesmo ano de 1503, um outro irmão de Cherian estabeleceu-se também em Coulão. Juntos, os membros desta família viriam a manter largos poderes sobre a venda das especiarias aos portugueses durante toda uma década (G. BOUCHON, «Les musulmans du Kérala», pp. 52 segs.; mais bibliografia em José Alberto Rodrigues da Silva TAVIM, «A cidade portuguesa de Santa Cruz de Cochim ou Cochim de Baixo. Algumas perspectivas», in *Aquém e Além da Taprobana. Estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard* [dir. Luís Filipe F. R. THOMAZ], Centro de História de Além-Mar, Lisboa, 2002, p. 137).

nossas embarcações, pois tivera de deixar [no caminho] a pimenta que nos trazia, por medo de a gente de Calicute não o deixar prosseguir viagem. Disse-me também em que paragem havia muita gente armada obediente ao rei de Calicute, a qual andava incessantemente com a sua armada subindo e descendo pelo mesmo distrito ou região ¹⁰⁵.

O nosso feitor Diogo Fernandes pediu-me então que mandasse o nosso navio ao dito lugar, o qual ficava apenas a quatro milhas [*meil*] de Cochim, junto de um rio com muitas embarcações, pois seria impossível carregarmos [a especiaria] senão aí. Por isso tive conselho com Afonso de Albuquerque e todos os seus capitães. Tivemos por bem não armar todas as nossas embarcações para trazer a totalidade da pimenta do dito mercador. Ordenei que todos estivessem preparados, que o feitor e o escrivão se aprestassem e que Afonso de Albuquerque fosse com eles e nos trouxessem a pimenta, para que ela se comesse a carregar. Mas ele não o quis fazer. Apesar de eu lho ordenar por três vezes da parte de Sua Alteza ¹⁰⁶, ele sempre recusou, alegando que seria um [longo] caminho a velejar. A outra razão, di-la-ei eu a Vossa Alteza em pessoa ¹⁰⁷.

Constatando que ele não queria ir, vi-me obrigado a partir eu próprio. Cheguei junto da sua frota ¹⁰⁸. Aí me disse o mercador gentio chamado *Charine Mekar*, que comigo ia, que parasse quieto com as minhas caravelas e gente, para que ele pudesse trazer a pimenta e outras mercadorias que tinha deixado em fardos num lugar da mesma ilha do rei de Calicute, pedindo-me contudo que lhe desse bastante gente do rei de Cochim que o ajudasse a guardar as mercadorias ¹⁰⁹. Concedi-lhe tudo isso. E enquanto eles foram buscar as mercadorias, enviei Duarte Pacheco à terra para que se queimassem as casas que havia no lugar dessa mesma ilha. Enquanto elas tão bem ardiam, chegou o gentio com a pimenta, que eram 150 bares, a três quintais o bar em Lisboa. Dali regressei a Cochim.

[149] *Item*, no dia seguinte o rei de Cochim e o nosso feitor pediram-me que voltasse a ajudar os mercadores que trouxeram a pimenta a passar pelo [dito] lugar, pois levavam consigo dinheiro e mercadorias preciosas. Armei então os batéis e enviei o meu irmão provido de muita artilharia. No regresso, eles avistaram a armada do rei de Calicute, mas vendo os de Calicute tão bem o meu irmão estava apetrechado de artilharia, deixaram-no seguir e foram pelo seu caminho.

Item no dia 14 de Outubro vieram para junto de mim Nicolau Coelho e o meu irmão Leonel de Albuquerque, da armada ¹¹⁰, ajudando-nos com mantimentos para comermos e para apetrecharmos o forte, e também para me ajudar a apresar algumas naus de Meca e de Calicute. Ambos nos trou-

¹⁰⁵ Segundo Jean Aubin, o lugar indicado por Cherian Marakkar ficaria na ilha de Repelim ou Edapalli, situada a nordeste de Cochim numa bifurcação de caminhos fluviais, entre as áreas de influência de Cochim e Calicute (cit., p. 63).

¹⁰⁶ «Wie wol ichs zu dreymalen von Ew. K. Maj. begeret an In»; a expressão não deixa totalmente claro se Afonso deu ordens ao seu primo ou se lhe fez um pedido *inter pares*.

¹⁰⁷ Sobre a rivalidade entre os dois Albuquerques, veja-se J. AUBIN, cit., p. 64.

¹⁰⁸ «Und ich kam an ir fluett»; Greiff dá como significado «frota», ou seja, uma frota de gentios, mas a frase pode também traduzir-se, eventualmente, por «cheguei junto do seu rio», o que faz mais sentido no presente contexto.

¹⁰⁹ «damit das gut verward wurd» tanto pode significar «guardar» como «resgatar».

¹¹⁰ «von der Armada».

xeram uma nova segundo a qual o Soldão do Cairo tinha grande guerra e desordens com os gentios da cidade de Meca na Arábia, onde está sepultado Maomé, e que mandou indagar junto do seu rei porque se perdiam as taxas alfandegárias das especiarias e da pedraria e ainda se eles não tinham culpa do que faziam os cristãos ¹¹¹.

Item, no outro dia, a 15 de Outubro, eu e Afonso de Albuquerque chegámos ao lugar de passagem, isto é, ao lugar por onde se deve passar [para ir contra o rei de Calicute] ¹¹². Queríamos ver se encontrávamos conselho ou alguma maneira de se nos aliarem vários reis, de forma a podermos avançar com grande poder de reis amigos pela terra e com a nossa armada contra o rei de Calicute. Na segunda-feira ¹¹³, seguimos caminho e tivemos conselho sobre o que havíamos de fazer. Na terça-feira de manhã, Afonso de Albuquerque saiu em terra e afastou-se de mim um longo pedaço de caminho sem ordem nem conhecimento meu, e sem me ter feito saber coisa alguma sobre o que queria fazer ¹¹⁴. Ele contudo foi para um lugar de uma ilha. E na altura em que eu o encontrei, trouxeram-lhe a nova de que um dos seus homens havia sido morto, e outros quatro feridos mortalmente. Também tivemos nova, na mesma hora, de que os reis nossos amigos, com os quais queríamos entrar pelas terras do rei de Calicute, não quereriam vir. Vendo isto, aprestei-me a mandar abrir fogo sobre a terra, donde vinham muitas pedras sobre a nossa gente. Mas quando eles viram isto, puseram-se em fuga. Voltámos para as naus e velejámos pela terra um longo pedaço de caminho, queimando todas as casas que encontrávamos. No entanto, não saímos em terra. Mas Duarte Pacheco estava em terra ¹¹⁵, na dita ilha de Repelim, e ali queimou o que pôde. E, ao irmos embora, [150] aproximaram-se vários navios do rei de Calicute, bem armados com muita artilharia ¹¹⁶ à sua maneira. Eram 35 ou 36 navios e estavam posi-

¹¹¹ Esta notícia provinha certamente de uma carta que Gonçalo Gil Barbosa escrevera a Francisco de Albuquerque em Cananor, a 4 de Outubro de 1503. No dia anterior, uma embarcação de um mouro de Cananor vinda de Ádem trouxera, junto com três cavalos e 20 bares de ópio, novas de que em Meca e noutros lugares da Arábia havia «muyta fama e guerra E que elRey do Cayro premdeo o de Mequa e se asenhoreo da terra e ha amtre todos grandes devisões» (J. AUBIN, cit., p. 107). De facto, Ibn Iyâs menciona que em Janeiro de 1503 um indivíduo chamado Djâzâni, filho do homem que então senhoreava Meca sob a tutela de Cairo, atacou e saqueou a cidade santa, espalhando o terror e obrigando o Sultão a enviar o seu marechal Qait Radjabi em defesa dos seus interesses. Este repôs a ordem em Meca em Junho do mesmo ano, deixando fugir Djâzâni, mas aprisionando vários dos seus irmãos (Gaston Wiet, *Journal d'un bourgeois du Caire. Chronique d'Ibn Iyâs*, A. Colin, Paris, 1955, vol. I, pp. 43 e 50).

¹¹² «*kamen wir auf den Passann, das ist zu sagen, do man durch muss gên oder faren*»; trata-se de um lugar onde o rio era tão estreito que a passagem dos barcos portugueses era particularmente perigosa. Nas palavras do cronista anónimo, «foram ter a huma ylha que fazia huma pomta contra houtra ilha defromte, e por casso desta ponta hera aquelle passo muy estreyto» (cap. 29, p. 59).

¹¹³ Dia 16 de Outubro de 1503.

¹¹⁴ Este é o episódio narrado por Castanheda nas pp. 123 segs. e pelo cronista anónimo no cap. 28, p. 58.

¹¹⁵ «*Duart Pacheco der lag am land in dieser Insel*»; a expressão sugere que Pacheco estava com as suas embarcações sobre uma praia de Repelim, e decidiu então lançar um ataque em terra.

¹¹⁶ «*püchsen*».

cionados da melhor maneira possível, mas a nossa artilharia ¹¹⁷ afastou-os. Depois, quando o rei de Calicute quis fazer as pazes, não no-las pediu [directamente], pois pensava que não lhas concederíamos. Mandou-nos, em vez disso, dizer que, se quiséssemos fazer as pazes com ele, fôssemos a Cranganor receber 100 bares de pimenta, a qual lá nos dariam da sua parte, e que se nos daria a restante, que montaria a 1400 bares, em Calicute ou noutro lugar que ele nos haveria de indicar. Tal proposta pareceu-nos boa em todos os aspectos ¹¹⁸.

Enviei então Afonso de Albuquerque, o feitor e os capitães, junto com os escrivães, para que fossem receber a pimenta, o que eles fizeram, começando a carregar o nosso navio. Enquanto isso se fazia, pensávamos que o rei de Calicute faria as pazes conosco, e a gente da cidade de Cranganor ¹¹⁹ fazia também grandes festas, de modo que os mouros que aí havia se lançavam no chão diante dos capitães, como se estes fossem seus ídolos ¹²⁰, e a alegria não poderia ser maior. Mas depois de termos carregado tudo, veio sobre nós, durante a noite, uma tempestade tão grande que me vi obrigado a partir para Calicute, e Afonso de Albuquerque para Coullão ¹²¹, com muitas peças e gente, a qual nessa noite se dividiu em duas partes

¹¹⁷ «geschütz».

¹¹⁸ A oferta do Samorim vinha no seguimento de um pedido de indemnização formulado por Vasco da Gama em Janeiro de 1503 e repetido por Gonçalo Gil Barbosa em Setembro, respeitando à morte do feitor Aires Correia às mãos da gente de Calicute. Segundo Jean Aubin, os 1500 bares oferecidos pelo Samorim e aceites por Albuquerque constituíam uma cedência portuguesa, na medida em que, caso eles correspondessem aos 20 000 ducados que o Samorim se dispôs a entregar, o preço da pimenta foi calculado segundo os padrões de Calicute. Caso se tenha, pelo contrário, calculado pela tabela de Cochim, os 1500 bares apenas valiam 12 600 ducados (cit., p. 72). Exceptuando esta concessão, o tratado não deixa porém de ser extremamente favorável aos portugueses, conforme adiante se verá. A ideia de salvaguardar a preponderância de Calicute no comércio da pimenta através de um tratado com os portugueses era acarinhada por uma facção política que, nesta segunda metade do ano de 1503, ganhou forte influência na corte do Samorim, sem nunca poder, contudo, assegurar uma acalmia total, amiúde impossibilitada por manifestações de intransigência tanto da parte portuguesa como da parte muçulmana e hindu (*ibid.*, p. 63).

¹¹⁹ «Carnagallor».

¹²⁰ «abgotter».

¹²¹ «Kalon».

¹²² Não é de espantar que a versão de Empoli sobre estes acontecimentos tenha um enfoque ligeiramente diferente. Segundo este viajante, «*chominciamo a domandare la charicha degli spezi: trovamo nella terra esservi dodicimila chantara di pei, e quali avevano comperati l'altro chapitano, che era giunto prima di noi* [ou seja, Francisco de Albuquerque]. *E doppo molte differenze che ebbe il nostro chapitano con l'altro sopra la divisione d'essi, perché noi volavamo la metà, rimissensi i ne' fattori del re che là stavano: fu giudichato che e fussino li spezie degli altri, per l'essere prima giunti. E chosi, fuori di speranza, e disperati avere tanto affatichati e nostri chorpi e venuti sì lontani per avere a tornare sanza spezi, deliberamo piuttosto non tornare a Portoghallo e cierchare nostro ventura più avanti, che a quel tempo non era notorio.*» (SPALLANZANI, cit., p. 145.) Foi com um sentimento de frustração, mas certamente também com alguma esperança em encontrar pimenta num lugar menos concorrido, que Afonso de Albuquerque acabou por dirigir-se a Coullão, onde já em Janeiro de 1503 Vasco da Gama conseguira uma carga de especiaria. De facto, em Coullão os portugueses conseguiriam, com ajuda do comerciante cristão, Matias de Kayankulam, carregar pimenta enquanto Francisco de Albuquerque, com as margens de manobra consideravelmente reduzidas pela aproximação ao Samorim, esperava em vão novos envios de especiaria (J. AUBIN, cit., pp. 65-67).

¹²².

Item, no dia 9 de Novembro entrámos novamente no rio ¹²³ onde havíamos passado para ir buscar a pimenta do mercador gentio, e disseram--nos que viria ainda mais pimenta ao mesmo lugar. No dia seguinte, tentámos ir até lá para a receber, mas as caravelas não conseguiam subir o rio, por este ser pouco fundo e ter muitos baixios. Mas a maior parte da especiaria desceu o rio e foi levada para Cochim e Calicute. No mesmo rio estava muita gente armada ¹²⁴ do rei de Calicute, para tomar a especiaria que ia ser levada ao rei de Cochim. Sabendo disso, eu e o meu irmão subimos ainda mais o rio, para afugentar essa gente e para que o rio ficasse livre e as especiarias nos fossem trazidas. E eu tinha comigo a maior parte da minha gente. Ao ouvir disso, o rei de Cochim aprestou também a sua gente, junto com um outro rei seu amigo, que no dia anterior se lhe juntara com 8000 homens. Esse rei é senhor na Índia [151] onde cresce a maior parte da especiaria, e donde é levada para Cochim e Calicute ¹²⁵. Ambos vieram ter comigo e pediram-me [que lhes entregasse] a terra dos canais e das ilhas ¹²⁶ que atrás mencionei, pois estavam descontentes de não as possuir, mesmo depois de eu as ter tomado. Tive por bem dar-lhes o que pediam, parecendo-me que seria do agrado de Vossa Alteza não negarmos tal coisa a dois reis com os quais mantemos boas relações.

No dia seguinte, mandei juntar a gente no forte para fazer obras e apetrechá-lo com espingardas e artelharia ¹²⁷, e também fiz descer a gente do navio chamado *Esmeralda* [?], e ainda de outro chamado *São Pedro*, onde estava um judeu chamado *Ir Quittelas* ¹²⁸. No mesmo dia, chegou um recado do rei de Calicute, por via de um homem que me disse que o seu rei estava disposto a fazer o que eu ordenasse. Mande então que o feitor Fernandes Rodrigo ¹²⁹ e Álvaro Verini ¹³⁰ fossem perguntar o que eu havia de entender por tal coisa. E a resposta que me trouxeram do rei de Calicute, foi quererem ter paz conosco. Trouxeram-me o sinal do rei de Calicute e do irmão desse rei, chamado Beaderim ¹³¹, pedindo por contrapartida que eu também lhes enviasse o meu sinal por garantia. Pouco depois de me ter

¹²³ «*in die Rifir*»; a palavra *rifir*, que se repete por várias vezes neste parágrafo, é pouco clara, mas deverá derivar de «ribeiro» ou «ria».

¹²⁴ «*Auf derselben Rifir lag vil gewapnetz volcks*».

¹²⁵ Ou seja, no *hinterland* das duas cidades, entre o litoral e os Gates, sendo o controlo das vias fluviais essencial para o assegurar dos fluxos da especiaria até aos portos do mar.

¹²⁶ «*das land von Kanallen und Inseln*».

¹²⁷ «*mit püchsen und artelaria*».

¹²⁸ Esta passagem («*ich schafft auch dem volck von dem schiff, das genannt ist dess Marada [Esmeralda?], und von einem anderen, das man nennt Sant Peter, das eym Juden (?) Ir Quitellas in derselben Schiff.*») é de leitura muito pouco clara. A tradução que aqui se oferece é apenas uma hipótese que não deve ser tomada à letra de maneira nenhuma. Poderá estar em jogo, também, um erro de leitura do próprio Greiff. Sobre os mercadores judeus, que não constituíam por esta época uma comunidade particularmente próspera na Índia meridional, cf. G. BOUCHON, «Les musulmans du Kérala», pp. 47 segs.

¹²⁹ Diogo Fernandes Correia.

¹³⁰ «*Alvara Vaony*»; cf. nota *supra*.

¹³¹ O «*Nambeadarim*», herdeiro do trono de Calicute, era na realidade sobrinho do Samorim. Dentro da corte deste rei, liderava a facção mais favorável a um entendimento pacífico com os portugueses.

chegado este recado, mandei fazer conselho com todos os capitães, o feitor e os escrivães, para que se tomasse uma decisão sobre esta paz e a maneira como ela se devia fazer, e ainda as condições que eu deveria impor por serviço e honra de Vossa Alteza ¹³².

No dia seguinte, recebi um assento avisando-me do que eles decidiram que eu pedisse [ao rei de Calicute] pelo bem de Vossa Alteza e de todos os cristãos. Mandeí então recado ao rei de Cochim, propondo que falássemos um com o outro. Ele respondeu-me que queria vir falar comigo ao lugar onde eu estava, trazendo consigo outros reis e príncipes seus vizinhos. Mandeí-lhe então recado de que não viesse e de que seria melhor que eu fosse para junto dele, com o que ele se contentou. E quando lá cheguei, estava tanta gente em seu redor que não consegui falar com ele sobre nada em particular. O rei acabou por propor-me que nos fôssemos sentar num batel, o que fizemos. E todos se espantaram de ele ir comigo e de falarmos a sós. Disse-lhe então que, sendo ele um rei indiano, eu esperava dele que fizesse as pazes com o rei de Calicute conforme eu lho pedia. Do que [152] ele me deu o seu sinal, dizendo que aceitaria sem protestos tudo o que eu conseguisse por ele em Calicute ¹³³.

Item no dia 17 de Dezembro enviei por mar dois feitores em direcção a Calicute, e no mesmo dia eles nos trouxeram 300 bares de pimenta, e no dia 20 do mesmo mês, trouxeram-me o sinal do Nabeadarim, conforme ao que eu pedira, anunciando que me queriam dar resposta. E eu poderia ter cortado as cabeças aos quatro gentios principais do seu reino, pelo jogo que fizeram entre Vossa Alteza e o rei de Calicute, do modo que contarei a Vossa Alteza quando chegar a Portugal ¹³⁴.

Item no dia 21 do dito mês, saí de manhã cedo com os meus batéis bem armados e fui à terra falar com o rei de Cochim, que estava em companhia de dois reis, de muito povo e também dos embaixadores do rei de Calicute. Mandeí proclamar publicamente as pazes perante o povo e os reis, e também o rei as fez proclamar no reino do Malabar, com o que o povo se pôs muito contente. Mandeí nessa mesma hora retirar todas as espingardas e escudos das barcas, das caravelas e dos navios, o que eles muito apreciaram.

Segue-se a proclamação das pazes que se fizeram entre o rei de Portugal e o rei de Calicute, etc.

O primeiro capítulo:

«Ouvi, ouvi, ouvi como o alto e poderoso rei cristão Dom Manuel, rei de Portugal, dos Algarves d'aquém e d'além-mar nas partes de África,

¹³² O tom algo triunfante deste trecho da carta dificilmente disfarça o momento de viragem que parece ter constituído a peleja do dia 9 de Novembro, na qual se disputou, fundamentalmente, o acesso directo à pimenta que vinha das terras onde era produzida. Depois desta data e até Janeiro do ano seguinte, as quantidades de pimenta efectivamente compradas pelos homens de Francisco de Albuquerque foram muito reduzidas (J. AUBIN, cit., p. 68).

¹³³ A carta omite os acontecimentos entre 11 de Novembro e 16 de Dezembro, mas a conjuntura parece ter sido favorável a um entendimento nestas semanas, com o Nambeadarim, sobrinho e herdeiro do Samorim, a dominar as intrigas da corte (J. AUBIN, cit., pp. 68 segs.).

¹³⁴ A frase não esclarece se esta possibilidade fazia parte das concessões de Calicute, ou se se tratava de uma simples hipótese que Albuquerque não seguiu por alguma razão em particular.

Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia ¹³⁵, faz as pazes por mil anos, por si e pelo rei de Cochim e o rei de Cananor, e também por si e por todos os seus amigos que lhe queiram ser fiéis, o queiram seguir e queiram aceitar que daqui para a frente tenha e mantenha a paz com o Samorim e com todos os seus principais que lhe queiram ser fiéis e queiram manter esta paz.

Item, estes são os capítulos da paz que se fez e que Deus queira ajudar a manter, conforme aqui seguem etc.

O primeiro é que [eu] Francisco de Albuquerque, fidalgo ¹³⁶ do rei de Portugal meu senhor e seu mais alto capitão e comandante da armada que em 1503 veio para a Índia, em nome do dito senhor, pelo testemunho deste papel faço as pazes com o rei Samorim, rei de Calicute, e lhe garanto que as mantereí seguras e firmes por tempos eternos [153], de modo que se mantenham os capítulos seguintes conforme ao que neles fica escrito. Primeiro, que o rei de Calicute pagará ao rei de Portugal 1500 bares de pimenta – a saber, de três quintais o bar – pelo mal que recebeu na sua terra com o assassinio, pela gente [do Samorim], do feitor Aires Correia. Dessa mesma pimenta entregar-me-á 300 bares em Cranganor, e os restantes 1200 bares em Calicute, conforme ao peso dessa cidade ¹³⁷. Acorda-se também que o rei de Calicute manterá a paz com o rei de Cochim e todos os seus amigos que estejam incluídos na presente paz e a queiram garantir. E acorda-se ainda que manterá a paz com o rei de Cananor, e que essa paz se manterá por todos os tempos, tal como com o meu senhor, o rei de Portugal. E que caso alguém rompa as pazes ou o queira fazer, será castigado por nós.

Item, acorda-se ainda que o dito rei de Calicute não consentirá em parte alguma do seu reino o comércio ou carregamento de navio algum que seja de Meca ou que seja de outra parte e queira ir a Meca, nem deixará navegar ou carregar no seu reino navio algum de África ¹³⁸ ou Arábia ¹³⁹ nem de outra parte. E que, caso se verifique o contrário, todos os navios que os portugueses encontrem serão dados por perdidos e tomados com todos os seus bens e as pazes quebradas.

Item acorda-se ainda que o rei de Portugal faça uma casa forte ¹⁴⁰ no reino de Calicute afim de dar segurança aos seus mercadores e mercadorias, para a qual [o rei de Calicute] lhe deverá dar um lugar ou pedaço de terra e conceder ajuda, pedra e madeira, a serem pagas com o seu dinheiro ¹⁴¹.

¹³⁵ A versão alemã da titulação régia portuguesa é aqui: «*Manoel, konig von Portigal, von Algarbo herwärts mers, und über mer in Africa, ein herr von Genua und von der findung und schiffung aller traction der kauffmannschaft von Morenland, von Arabia und Persia und von India*».

¹³⁶ «*edelman*».

¹³⁷ Cf. nota *supra*.

¹³⁸ «*Genüa*» (ou seja, *Genua*, sendo *ü* a forma abreviada de *ue*); o uso do termo é incorrecto para a região visada (África Oriental, e não Ocidental), mas constitui a única hipótese plausível de retroversão. Na titulação de D. Manuel (*supra*) a Guiné aparece com a mesma grafia.

¹³⁹ «*Arboria*».

¹⁴⁰ «*ein starck haws*».

¹⁴¹ A versão alemã não permite identificar claramente se os bens mencionados deveriam ser pagos pelo rei de Portugal ou pelo Samorim.

Item acorda-se ainda que o feitor que venha a residir em Calicute tenha direito de dizer a sua justiça e de mandar enforcar e decapitar a sua gente que com ele estiver ou que venha de Portugal em qualquer altura, e que nem o rei de Calicute, nem nenhuma outra pessoa se intrometa na sua justiça, deixando-o fazer com a sua gente o que melhor lhe parecer, e assegurando-lhe todas as liberdades dadas ao outro feitor, Correia, que foi morto.

Item acorda-se que sobre toda a especiaria e droga que for comprada no reino de Calicute o feitor do rei de Portugal pagará os costumes e direitos feitos e acordados em Cochim [154], e que o rei de Calicute e os seus não receberão da especiaria que se comprar o que recebiam do feitor que foi morto, a saber, 20% ¹⁴². O rei de Calicute e os seus ficam isentos de pagar mais do que aquilo que for acordado em Cochim.

Item acorda-se ainda que o rei de Calicute nos entregará os nossos dois homens que fugiram para as suas terras, e entregará também outros que tenham fugido há mais tempo. Se souber alguma coisa deles, responderá por eles com o seu ouro, prata e todos os meios, sejam isso mercadorias ou outras coisas que valham dinheiro, e nós faremos o mesmo com a gente que fuja das suas terras e venha para os nossos navios, do modo que for necessário ¹⁴³.

Item acorda-se ainda que, querendo Deus que algum dos nossos navios venha por má fortuna ao reino e terras de Calicute e faça naufrágio, como muitas vezes acontece nas partes do mar, e se Deus quiser que tal aconteça também na sua terra, todos os bens que forem achados no navio ou levados em terra sejam novamente entregues ao capitão do mesmo navio ou ao nosso feitor, sem protesto ¹⁴⁴ do rei de Calicute. Também no caso dos navios ou bens serem achados noutros seus reinos, terras e ilhas, será obrigado a entregá-los novamente.

Item, o rei de Calicute está de acordo com a paz que assim se faz e os seus capítulos, e quer mantê-la com firmeza e constância ¹⁴⁵, conforme fica escrito e estabelecido numa carta que levarei a Vossa Alteza, e na qual se declara:

«Eu acima mencionado Francisco de Albuquerque declaro em nome do meu senhor que [as pazes] se deverão manter e respeitar severamente, como se fossem dadas por Sua Alteza [o rei de Portugal] em pessoa, por mil anos

¹⁴² Este parágrafo é confuso, pelo que uma análise pormenorizada deverá levar em conta a versão alemã: «und daz der konig von Calucutt frey sei, dem factor nichtz von solcher specerey, so kaufft wird, er oder die seinen dürfen zalen, also vor haben von Kalocut, was sy verkaufft haben dem factor, der da zu tod ward geschlagen, müssen bezahlen, 20 per C°.»

¹⁴³ «Ob er der ein wissen hab, soll er uns auch antworten, mit gold, silber, mit aller manier, wie man sy find, es sei kaufmannschaft oder ander ding das gelts werd sei, in derselben mass, do sy von uns geflohen sein [...]» Também aqui a formulação alemã deixa dúvidas. Não está claro se o Samorim deve pagar uma espécie de indemnização aos portugueses por cada súbdito da coroa portuguesa que ande fugido pelas terras de Calicute (é o que se deduz da insistência no valor monetário das coisas com que o Samorim entrará, e também da frase seguinte) ou se o rei de Calicute deverá simplesmente fazer tudo para os capturar, nem que isso lhe custe muito dinheiro ou outros bens.

¹⁴⁴ «on einigen zuspruch».

¹⁴⁵ A versão alemã omite aqui o sujeito, pelo que se pode também, teoricamente, ler: «e eu quero mantê-la» – o que seria, de resto, lógico, tendo em vista o conteúdo da carta de acompanhamento que se segue.

a partir do dia de hoje. Declaro a todos os capitães e feitores que daqui por diante venham a estas partes da Índia, que todos os portos, terras, gente e navios [que estão] no reino de Calicute sejam poupados ¹⁴⁶ como se fossem do próprio rei de Calicute, pois este rei fez uma boa paz e amizade conosco. Entrego a Pero Álvaro, escrivão da feitoria do rei nosso misericordioso senhor, uma cópia desta carta, a qual eu próprio assinei no dia 27 de Dezembro de 1503.» ¹⁴⁷

[155] *Item* depois, à meia-noite de terça-feira ¹⁴⁸, enviei Rodrigo Reinel com uma cópia desta carta de pazes por mim assinada ao Nabeadarim, irmão do rei de Calicute.

No dia 22 do dito mês, vieram dois negros que foram [servos] de um senhor chamado *Quiamal*, o qual eu matara, sendo que entre eles, quando um senhor é morto, é costume e obrigação que dois dos seus servos morram por ele ou vinguem a sua morte junto daquele que o fez matar.

Os dois servos do dito senhor vinham encobertos para matar o rei de Cochim. Mas não conseguiram chegar-se perto dele, e por isso lançaram grande confusão, começando a bater na gente do rei. Feriram nessa peleja um cristão e dois criados do rei, que morreram pouco depois. Mas os dois servos do caimal também foram rapidamente mortos e os seus corpos levados até ao mar, onde os deixaram ficar sem lhes levar nada do que possuíam, pois não queriam nada que tivesse sido desses traidores.

Item no dia 24 do dito mês deixei os meus trabalhadores, que trabalhavam no forte, e fui falar com o rei de Calicute, a quem mandei perguntar se pedira para eu vir falar com ele. Foi-me então apresentado um senhor gentio chamado *Mangati Aquaramall* ¹⁴⁹, de quem me diziam que era traidor, [porém] pediram-me que o tratasse como meu amigo. Eu mostrei-me amigável com ele, e assim acabaram por entregar-mo ao meu poder.

Item no dia 25 ¹⁵⁰ veio o nosso feitor de Cranganor trazendo-nos uma cópia de todos os negócios que tinha feito, conforme é devido ao bem de Sua Alteza. Ordenei então que se aprestassem as naus adiante nomeadas, tendo por melhor serviço de Sua Alteza que elas voltassem depressa e não se demorassem mais, pois estavam já em mau estado e muito navegadas, sendo preciso ter em conta também o muito que custa o sustento da sua gente. Outra razão é que eu queria enviar a Vossa Alteza as primeiras páreas ¹⁵¹ do rei de Calicute. Espero também que a paz que assim fiz nestas partes da Índia seja do agrado de Vossa Alteza.

Item segue-se o que tinham carregado as duas naus que se juntaram

¹⁴⁶ «*bewart*»; esta palavra pode também, teoricamente, significar «protegidos».

¹⁴⁷ O tratado deverá, na realidade, ter sido assinado na quinta-feira, dia 21, conforme se deduz pela ordem estritamente cronológica de toda a carta, onde os acontecimentos imediatamente posteriores são do dia 22 (J. AUBIN, cit., p. 70). Não parece, de facto, provável que o tratado se fizesse no dia 21 e a carta de acompanhamento seis dias mais tarde. Poder-se-á portanto tratar de um simples erro do copista-tradutor.

¹⁴⁸ Leia-se quinta-feira, dia 21 de Dezembro.

¹⁴⁹ Não lográmos identificar este personagem.

¹⁵⁰ Quarta-feira, dia de Natal de 1503.

¹⁵¹ «*Bezahlung*».

¹⁵² António do Campo e Pero de Ataíde. Sobre as datas da sua partida veja-se J. AUBIN, cit., p. 75.

a nós depois de longas viagens, das quais eram capitães António do Campo etc.¹⁵²

[156] *Item* a primeira nau carregava, quando veio ao meu encontro, 372 bares de pimenta. Agora, a nau deverá ainda ir, junto com a outra que se nomeia, a Cananor, onde carregará boa quantidade de canela¹⁵³ e gengibre e partir para Portugal com o primeiro vento favorável, se Deus quiser. Para isso, mandei dar-lhe todos os mantimentos e gente, para que possam estar prontas e partir em pouco tempo.

Item a outra nau, de que é capitão Pero de Ataíde [*Petro Chaide*]. Dei-

	Quintais	Arrobas	Arráteis
Beijoim, o qual é uma coisa de óptimo sabor ¹⁵⁴	18	–	–
Cravo de bastão ¹⁵⁵	20	2	28
Anil ¹⁵⁶ , com o qual se tingem panos pesados	2	2	2
Espiquenardo ¹⁵⁷	2	2	28
Sândalo ¹⁵⁸	8	–	28
Pimenta	171	1	1
Pau-brasil ¹⁵⁹	72	–	–

-lhe tudo de que tinha necessidade. Ele leva carregado o que aqui se segue:

Mandei depois Rodrigo Reinel em direcção a Cranganor para tratar e carregar os 200 bares de pimenta que para ali se nos deveriam trazer.

¹⁵³ «*Channell*».

¹⁵⁴ «*Beygoim*»; resina do *Styrax Benzoin*, Dryander, usada como desinfectante; o beijoim do Sião era considerado o melhor de todos, distinguindo-se pela sua cor clara e um perfume delicado, embora tenha pouco sabor; o beijoim de Samatra é de qualidade menor (cf. George WATT, *Dictionary of the Economic Products of India*, reprint Delhi 1972, vol. VI-3, pp. 383-385, e Garcia da ORTA, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* [ed. Conde de Ficalho], Lisboa, 1891, I, pp. 84-86 e 113-116).

¹⁵⁵ «*Bastaroni, das sind Fusti*»; nas palavras de Orta, «o que os Castelhanos chamão fuste, e os Portuguezes bastam [...] sam os páos donde estes cravos pendem» (cit., vol. I, p. 363).

¹⁵⁶ «*Naire*» na versão alemã; produto obtido pela repetida molhagem e secagem de diversas *Indigoferae* da costa indiana ocidental, nomeadamente da *Indigofera tinctoria* (WATT, cit., vol. IV, p. 383).

¹⁵⁷ «*Spigo*»; espiga de nardo, mezinha tonificante, anti-espasmódica, laxante e diurética, extraída do *Nardostachys Jatamansi*, DC., da família das Valerianeae, e proveniente, no século XVI, das regiões montanhosas de Mandu e Chitor, na Índia central (*ibid.*, vol. V, pp. 338-341).

¹⁵⁸ «*Sandoli*»; muito provavelmente sândalo vermelho, madeira do *Pterocarpus santalinus*, Lineu, da família das *Leguminosae*; empregado como mezinha adstringente e tonificante, como refrigerante para baixar as febres, e como matéria tintureira, o sândalo vermelho provém da Índia meridional e distingue-se do sândalo branco, muito mais caro, pela falta de aroma (*ibid.*, vol. VI-1, pp. 359-362).

¹⁵⁹ «*Brisilj*»; matéria tintureira e mezinha adstringente proveniente da *Caesalpinia sappan*, Lineu, da família das *Leguminosae*, a qual se acha em várias regiões do subcontinente indiano (*ibid.*, vol. II, pp. 9-12).

No sábado seguinte ¹⁶⁰, despachei Duarte Pacheco para que fosse receber 1200 bares de pimenta em Calicute e depois se aprestasse sem demoras, para que todos possamos regressar ao reino rapidamente.

Item no sábado seguinte ¹⁶¹ fiz cantar uma missa cristã na nossa capela da Santa Cruz, com o forte enfeitado com muitos panos e todas as coisas muito bem compostas ¹⁶². E estando feita a missa em presença de todos os capitães e fidalgos, e também de gente comum, entreguei a chave e o comando do forte a Diogo Fernandes, fazendo-o capitão dele, o que ele recebeu jurando fidelidade e [jurando] que, com a ajuda de Deus, faria completar os muros e portas de forma que só um grande exército lhe pudesse fazer dano. Dei-lhe ainda outro homem para guardar o forte enquanto ele tratasse de negócios com algum rei ou para o caso de ele morrer.

Item deixei 40 homens de Vossa Alteza no forte para a sua guarda, os quais vieram à Índia na minha nau. Dei-lhe também 30 homens dos nossos que já estavam nestas partes antes da minha vinda, e [deixei] o capitão Diogo Fernandes com [157] o seu companheiro, que está debaixo dele. Deixei ainda no forte um barbeiro, um serralheiro e um alfaiate, a ainda as armas e objectos que se seguem ¹⁶³:

- 4 peças grandes de artilharia ¹⁶⁴
- 3 peças inteiras grandes, das quais uma com câmara ¹⁶⁵
- 2 columbrinas grandes ¹⁶⁶
- 8 columbrinas pequenas ¹⁶⁷
- 15 espingardas ¹⁶⁸
- 7 barris de pólvora e quantidade suficiente de pedras de diversos tamanhos
- 300 lanças
- 60 lanças compridas da Flandres
- 30 capacetes ¹⁶⁹
- 18 bestas ¹⁷⁰
- 4 caixas de cetos
- 40 capacetes de ferro ¹⁷¹

¹⁶⁰ Dia 30 de Dezembro de 1503.

¹⁶¹ Ainda dia 30 de Dezembro; teoricamente, seria também possível o sábado seguinte (pois a expressão é usada duas vezes seguidas), ou seja, o dia 6 de Janeiro de 1504, mas não parece plausível que Albuquerque tivesse deixado passar mais uma semana, havendo já naus carregadas e prestes a partir.

¹⁶² Entre os religiosos que poderão ter celebrado esta missa, contam-se os dominicanos frei Rodrigo Homem (realçado por Brás de Albuquerque) e frei Domingos de Sousa, vindo para a Índia como vigário-geral (mencionado por Castanheda e Correia) e ainda o franciscano frei Gastão (próximo de Francisco de Albuquerque; J. AUBIN, cit., p. 64).

¹⁶³ A retroversão destes termos é particularmente difícil, pelo que a correspondência não se garante de modo nenhum. Por isso se indicam todas as palavras alemãs usadas pelo primeiro tradutor.

¹⁶⁴ «4 haupt stuck von püchsen».

¹⁶⁵ «3 grosse gantze stuck, und ains mit einer kamer»; a câmara permitia carregar a arma pela culatra.

¹⁶⁶ «gross schlangen».

¹⁶⁷ «klein schlangen».

¹⁶⁸ «handpüchsen».

¹⁶⁹ «helmpartten».

¹⁷⁰ «stehlin pogen».

¹⁷¹ «eyssen hütt».

Item disse-me então o capitão ter opinião de eu ter deixado várias caravelas em terra, perguntando se eu lhe permitiria que as lançasse ao mar com a sua gente ou que as usasse no forte, ou onde fossem necessárias ¹⁷². Parece-me bem, por isso, deixar-lhe mais 10 homens, para além dos que acima mencionei. Mas quero ainda, antes da minha partida, decidir com todos os capitães se devo fazê-lo, ouvindo a sua opinião etc.

Não sei por agora escrever mais coisas importantes a Vossa Alteza, pois das pequenas lhe falará quem levar esta carta. Mas espero também, com a ajuda de Deus, regressar ao reino depressa. Deus guarde Vossa Alteza.

Dada no dia 27 de Dezembro do ano de 1503 ¹⁷³.
Francisco de Albuquerque
Capitão ¹⁷⁴.

Extrato de uma carta escrita em Lisboa a 10 de Outubro de 1504 ¹⁷⁵

«Extrato de uma carta enviada de Lisboa, datada de 10 de Outubro. Recebida em Augsburg no dia 13 de Setembro de 1504 ¹⁷⁶.

Sabei que há muitos dias vieram três navios da Índia. Traziam 20 mil cântaros ¹⁷⁷ de especiaria de diversas sortes, as quais carregaram em Coulão e Cochim. Esperam-se ainda outras duas ou três, das quais as nada se sabe. O rei de Portugal mandou dois capitães principais à Índia. O menor deles, que saiu daqui mais tarde, chegou lá primeiro e fez-se capitão-mor, lançando as desgraças de que vos escrevi e que [se lêem] na cópia da carta que vos envie ¹⁷⁸.

Este [FA] lançou muitas [desgraças]. E quando este [AA], que agora regressou, chegou à Índia, ficou deveras descontente por o outro querer estar acima dele. Não conseguiam chegar a acordo, procurando barrar e dificultar os caminhos um ao outro, e o primeiro fazia guerra, e de início paz, conforme queria, e sem receber ordens do outro. Do que o outro não se quis contentar, nem assinar o tratado de paz com Calicute. Sendo que

¹⁷² A versão alemã não deixa totalmente claro se o capitão pedia licença para se livrar destas embarcações usando a sua madeira ou, o que é bem mais plausível, para as empregar em acções de corso e trato.

¹⁷³ Tendo a missa mencionada no fim da presente carta sido celebrada num sábado, que deverá ter sido o dia 30 de Dezembro, a carta não pode ter sido acabada antes desse dia, e é até provável que a data final do texto seja 31 de Dezembro de 1503, conforme defende Jean AUBIN (*op. cit.*, p. 76).

¹⁷⁴ O trágico fim do capitão, naufragado possivelmente nos baixios de São Lázaro, queda resumido nas palavras de Castanheda: «partiram-se os capitães móres pera Portugal ho derra-deyro de Ianeyro de mil & quinhentos & quatro, partindo primeiro Afonso dalbuquerque, & Francisco dalbuquerque, & Niculao coelho se perderão no caminho, porque nunca mais ouue noua deles.» (Cit., vol. I, p. 134.)

¹⁷⁵ B. Greiff vê a origem desta carta na feitoria do Welser em Lisboa e atribui-a a Lucas Rem ou Valentim Fernandes (cit., p. 158).

¹⁷⁶ Leia-se 13 de Dezembro de 1504.

¹⁷⁷ «Cantar».

¹⁷⁸ Ou seja, a cópia da carta de Francisco de Albuquerque.

o outro não precisava sequer de acatar todas as ordens do rei, [não podia aceitar] que o primeiro viesse fazer paz da sua guerra etc.¹⁷⁹ e foi-se para Coulão, depois [regressou a] Cochim, carregou ali as ditas especiarias e veio [para Portugal] contra a vontade do outro, deixando-o seguir as suas ideias sozinho. O que este conseguiu desde que o outro se veio embora, com o tempo se saberá. Mas a paz entre Calicute e este rei [de Portugal] está quebrada, do que a gente de cá, e principalmente o rei, se contentam muito, pois agora [D. Manuel] poderá enviar mais gente e, com a ajuda dos reis de Cochim, Cananor, Coulão e Caleculão etc., que por extremo se contentam disso, destruir, desgraçar e queimar o rei de Calicute. [Estes portugueses] não têm a mínima preocupação ¹⁸⁰, pois dizem que é impossível que o Soldão senhor de Meca, os venezianos e os turcos alguma vez lhes possam colocar obstáculo algum, e dizem que [já] nem precisam do rei de Calicute, pois irão directamente aos portos onde cresce a especiaria, e ganharão para si os lucros dos mouros, e destruirão por completo o rei de Calicute.»

¹⁷⁹ Esta frase não é totalmente clara no original alemão: «dann der ander in vil dingen des kungs ordinantz noch befehl nit thun hett, also dass dieser komen, den andern seim kriegem frid machen etc. ton lies».

¹⁸⁰ «Hand des gar kein sorg».